

Relatório Anual de Informações

RAI2015



Mensagem dos Dirigentes

O Relatório Anual de Informações apresenta as principais ações realizadas e resultados obtidos pela FIPECq em 2015. Além de reafirmar a importância de boas práticas de governança corporativa e de transparência como fundamento de gestão, este Relatório oferece a indispensável prestação de contas da Fundação aos seus Patrocinadores, Participantes e Assistentes.

As informações e dados apurados no exercício de 2015 apontam para a necessidade imediata de repensarmos o Plano de Previdência Complementar – PPC, que vem acumulando resultados negativos, nos exercícios, desde 2008, com exceção apenas dos anos de 2009, em decorrência da elevada rentabilidade da carteira de investimentos e 2012, quando foi realizada alteração na metodologia de apuração das obrigações do Plano, as provisões matemáticas.

Em 2015, o PPC apresentou déficit acumulado de R\$ 199,8 milhões, representando um crescimento de

R\$ 61,6 milhões (44,6%) em relação a 2014. Entre os principais motivos para esse resultado estão o crescimento do salário real médio dos Participantes acima do percentual previsto nas hipóteses atuariais e o não alcance da meta atuarial de INPC + 5% ao ano pela carteira de investimentos do Plano.

É preciso equilibrar! Esta é a mensagem principal que queremos transmitir.

Com esse déficit acumulado, seria necessário, a princípio, apresentar imediatamente um plano de equacionamento dessa insuficiência. Porém, com o novo normativo - Resolução CNPC nº 22, publicado em novembro de 2015 - a Fundação e suas Patrocinadoras não tem a obrigatoriedade de apresentar proposta imediata para equacionamento do déficit técnico atuarial.

Não obstante, estudar alternativas para equilibrar o PPC se faz urgente e não pode ser adiado. O crescimento do déficit acumulado nos três últimos anos foi de 166,93%.

Nesse contexto, no decorrer do ano de 2016, a FIPECq realizará estudos para reavaliação do Plano de Previ-

dência Complementar - PPC, com o objetivo de, observado os direitos e necessidades dos Patrocinadores, Participantes e Assistidos, eliminar eventuais problemas estruturais e identificar pontos para sua melhoria, inclusive de benefícios.

Os resultados dos estudos serão discutidos com os Patrocinadores, Participantes, Assistidos e Entidades representativas destes, de forma objetiva e transparente.

É preciso crescer! Ganhos de escala são fundamentais para a Fundação e seus Planos. No PPC, o aumento do número de Participantes pode ser viabilizado com campanhas de adesão, após a necessária revisão do Plano, conforme enfatizado anteriormente. O FIPECq-PREV é o outro caminho para se alcançar tal objetivo, dado que se trata de um Plano que permite a Participantes e seus familiares construir “projetos de vida” de curto, médio e longo prazos. Menor custo administrativo, rentabilidade, abatimento de contribuições no imposto de ren-

da, flexibilidade, entre outros, são os pontos positivos do Plano a serem demonstrados ao seu público-alvo.

Por onde começar? Aprimorar governança, controles, estrutura organizacional e processos são necessários para aumentar a eficiência e ajustar os custos administrativos à realidade dos Planos e de mercado. Esse será o primeiro passo, porquanto fundamental, para viabilizar o crescimento da Fundação e dos seus Planos já em 2016.

Olhar para o futuro, nosso desafio!

Crescimento, eficiência e sustentabilidade são nossos objetivos.

A decisão do Conselho Deliberativo de buscar profissionais especializados em previdência privada no mercado, por meio de empresa de seleção e recrutamento, já foi um olhar para o futuro com o objetivo de viabilizar e permitir a superação dos desafios.

A Diretoria Executiva agradece a oportunidade e espera corresponder às expectativas de todos: Conselheiros, Patrocinadores, Participantes e Assistidos.



Expediente

Conselho Deliberativo

Titulares eleitos

Alvaro Albuquerque Junior
Bruno Mattos de Figueiredo
Eduardo Lopes de Oliveira e Silva

Suplentes

Roberto Chiacchio
Fabrício Soares Azevedo

Titulares indicados

Antonio Semeraro Rito Cardoso - FIPECq Vida
Presidente
Kátia Lanuzia Nogueira de Araújo - CNPq
Vanessa Zoghaib Tanure - Finep

Suplentes

Carlos Eduardo Gutierrez Freire - FIPECq Vida
Sandra Regina Costa Alves - CNPq
Antonio Ramos Abib - Finep

Conselho Fiscal

Titulares eleitos

Alexandre de Castro Almeida - Finep
Rosilene Matos Domingues - Finep

Suplentes

Betina Lima Niemeyer
Luiz Soares Maia

Titulares indicados:

Michel do Carmo Zandberg - Finep
Raimundo Otaíde Picanço Filho - CNPq

Suplentes

Gustavo da Cruz Barcelos Souza - Finep
Tarciso José de Lima - CNPq

Diretoria Executiva

Diretor-Presidente

Claudio Salgueiro Garcia Munhoz
(a partir de 01/12/15)
Maurício Marques (até 16/09/15)*

Diretor de Investimentos e Finanças

Sergio Maia Reis
(a partir de 16/06/15)

Diretoria de Previdência

Verônica de Arruda Câmara
(interina a partir de 07/10/15)
Persio Marco Antonio Davison
(até 16/09/15)

* acumulou a função de Diretor de Investimentos até 15/06/15.



Sumário

- 06** A Fundação em números
- 08** Ações Gerais
- 10** Relacionamento com o Participante
- 12** Resultados dos Planos
- 16** Previdência
- 21** Investimentos
- 31** Demonstrações Contábeis
 - Notas Explicativas
 - Parecer Atuarial
 - Relatório dos Auditores Independentes
 - Parecer do Conselho Fiscal
 - Resolução do Conselho Deliberativo
- 75** Parecer do Conselho Fiscal
- 76** Resolução do Conselho Deliberativo
- 77** Demonstrativo de Investimentos
- 81** Mensagem do Conselho Fiscal - FIPECq
- 83** Glossário

A Fundação em Números

Plano de Previdência Complementar - PPC Plano de Benefício Definido - BD



Benefícios Concedidos	
Aposentadoria por Tempo de Contribuição	13
Aposentadoria por Idade	06
Aposentadoria por Invalidez	01
Pensões	04
Auxílio Doença	19
Pecúlio	08



Perfil da População de Assistidos	
	R\$
Menor benefício	605,65
Maior benefício	15.157,19
Benefício médio	6.216,90
Folha de Pagamento de benefícios anual 2015	26.440.075,77

Meta Atuarial • 16,84%

(INPC + 5% ao ano)

Rentabilidade do Plano • 11,16%



Resultado do Plano Deficitário

R\$ 138,2 milhões
(déficit acumulado em 2014)

R\$ 61,6 milhões
(déficit em 2015)

R\$ 199,8 milhões
(déficit acumulado em 2015)

A Fundação em Números

Plano FIPECqPREV Plano de Contribuição Definida - CD



Benefícios Concedidos	
Aposentadoria Programada prazo único	11
Aposentadoria Programada prazo determinado	02
Aposentadoria por Invalidez	00
Pensões prazo único	06
Pensões prazo determinado	01



Perfil da População de Assistidos*	
	R\$
Menor benefício	1.039,59
Maior benefício	4.744,54
Benefício médio	3.214,12
Folha de Pagamento de benefícios anual 2015	517.515,80

* Pagamento de prestação continuada e prazo único



Profissionalismo na FIPECq

Diretoria: A decisão do Conselho Deliberativo, em 2015, foi que a Diretoria Executiva da Fundação passasse a ser composta por profissionais do mercado de previdência, contratados via processos seletivos realizados por empresa especializada. Assim, em junho, Sergio Maia Reis tomou posse como Diretor de Investimentos da Fundação. Em dezembro, Claudio Salgueiro Garcia Munhoz assumiu o cargo de Diretor-Presidente e, em março de 2016, Leonardo Bosco Mattar Altoé assumiu como novo Diretor de Previdência.

Comissões da ABRAPP: Por trás dos eventos, publicações e outras iniciativas da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP está o trabalho das Comissões Técnicas, formadas por profissionais das entidades associadas. A **FIPECq** participa ativamente das seguintes Comissões: Comissão Nacional de Educação (Coordenação), Comissão Nacional de Governança, Comissão Centro-Norte de Comunicação e Marketing, Comissão Centro-Norte de Investimentos, Comissão Centro-Norte de Assuntos Jurídicos e Comissão Centro-Norte de Contabilidade. Entre os trabalhos realizados, com a participação da **FIPECq**, estão: os Manuais de Gestão de Crise e Imagem e o de Contabilidade e o Banco de Ações de Educação Previdenciária.

Certificação de Dirigentes: A Fundação encerrou o ano de 2015 com 100% da Diretoria Executiva, 72% dos membros do Conselho Deliberativo e 50% dos membros do Conselho Fiscal certificados. A meta é que todos os membros (titulares e suplentes) desses órgãos sejam certificados até abril de 2016. A certificação é uma exigência legal do Conselho Nacional de Previdência Complementar.

Continuidade no trabalho de Gestão de Riscos

As Fundações estão expostas, em maior ou menor grau há diferentes tipos de risco, tais como os de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, entre outros. Foi partindo desse princípio, que a **FIPECq**, em consonância com a regulação e as boas práticas de gestão, iniciou em março de 2014 o desenvolvimento do seu modelo próprio de Gestão Baseada em Riscos, com o objetivo de proteger o seu patrimônio e reduzir a volatilidade.

Em 2015, foi concluída a matriz de risco da Gerência de Controladoria e iniciados os trabalhos na Gerência de Investimentos, com a consultoria da empresa Luce Risk. O próximo passo será realizar as matrizes das demais áreas da Fundação.

Fundos de Pensão: novas regras para apuração e destinação de superávits e equacionamento de déficits

Em novembro de 2015, entrou em vigor a Resolução CNPC nº 22, que estabelece parâmetros determinantes, vinculados à realidade e à característica de cada plano de benefícios, para distribuição de superávits e equacionamento de déficits.

Na metodologia instituída pela nova resolução do CNPC, o prazo médio dos fluxos futuros de pagamentos de benefícios de um determinado plano (*duration*) passou a ser o critério de di-

ferenciação entre os planos. Isto é, se o prazo médio de pagamento dos fluxos futuros de benefícios está concentrado no curto prazo (plano maduro) ou no longo prazo (plano jovem). Quanto mais jovem o plano, maior o prazo para equacionamento de déficit.

O Plano de Previdência Complementar - PPC, apresenta um *duration* de 17,91 anos, sendo caracterizado como um Plano jovem.

Patrocinadora Ipea solicita retirada de patrocínio do PPC

A **FIPECq** recebeu, em dezembro de 2015, ofício do Instituto Nacional de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, requerendo a Retirada Total de Patrocínio em relação ao Plano de Previdência Complementar - PPC, administrado pela **FIPECq**. A Fundação encaminhou ao Ipea, no mesmo mês, correspondência solicitando a reconsideração do pedido de Retirada de Patrocínio, o qual não fora aceito pela Patrocinadora.

Assim, foi dado início ao Processo de Retirada de Patrocínio por iniciativa da Patrocinado-

ra Ipea, o qual terá seu trâmite regido pelos procedimentos previstos na Resolução CNPC nº 11/2013 e na Instrução PREVIC nº 14/2014.

Esse processo, que tem iniciativa única e exclusiva do Ipea, será submetido à aprovação da Patrocinadora que se retira, do Conselho Deliberativo e, também, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Nesse período, os assistidos terão que optar por migrar para outro plano ou resgatar suas reservas matemáticas em parcela única ou, ainda, aderir a um plano instituído. Até a conclusão do processo os pagamentos dos benefícios dos 33 assistidos atingidos pela retirada de patrocínio continuarão sendo realizados normalmente.

Acompanhamento das Ações Judiciais

Número de ações judiciais da FIPECq, por área e situação dos processos:

ÁREA	QUANTIDADE	SITUAÇÃO	
		EM ANDAMENTO	ENCERRADOS
Justiça Comum Cível	295	209	86
Justiça Federal	25	23	02
Justiça do Trabalho	19	12	07
Total Geral	339	244	95

Dos 244 processos em andamento, a **FIPECq** é autora em 192. Desses, em que a **FIPECq** figura no polo ativo, destacamos aquelas em que a Entidade busca, através de ações judiciais e administrativas, a recuperação de investimentos em instituições financeiras e empreendimentos que, em geral, foram à falência ou estão em recuperação judicial, gerando prejuízos aos Planos. Tais ações de recuperação de crédito totalizam um montante atualizado de aproximadamente **R\$ 130 milhões de reais**, que estão 100% provisionadas.

Além disso, a **FIPECq** busca, por meio de ações judiciais de cobrança, a recuperação de valores decorrentes de inadimplência de empréstimos concedidos aos participantes. Nesses casos, através de acordos e cobranças judiciais, retornou à Fundação, no ano, a quantia aproximada de R\$ 780 mil reais.

A Fundação realizou, ainda em 2015, provisões no valor de R\$ 15,8 milhões relativamente a Ações de Indenização, Reclamações Trabalhistas, Revisão de Benefícios, entre outras, ajuizadas contra a Fundação.

Relacionamento com o Participante

Dia do Aposentado: **FIPECq** homenageia Ione Pécora

A Assistida do Plano de Previdência Complementar, Ione Rossi Pécora, 82 anos, foi escolhida pela **FIPECq** para representar todos os seus Assistidos em evento de homenagem pelo Dia do Aposentado, promovido pela ABRAPP, dia 26 de janeiro de 2015, em São Paulo. Ione é pensionista de José Flávio Pécora, aposentado pelo Plano PPC de 1986 a 2007 pelo Ipea e um dos fundadores da **FIPECq**.



Ione recebeu um certificado comemorativo das mãos da Gerente de Previdência da **FIPECq**, Verônica Câmara. A homenageada revelou que o segredo da boa forma é estar sempre em atividade: “Eu dirijo, sou ministra da eucaristia da minha Igreja, viajo, adoro ler romances e fazer palavras cruzadas”, orgulha-se a mãe de três filhos, que tem sete netos e um bisneto.

Recadastramento de Participantes Ativos e Assistidos

Em 2015, foi dada continuidade ao Recadastramento dos Participantes Ativos do Plano de Previdência Complementar - PPC. Em 31/12/2015, 83% já haviam realizado a atualização cadastral.

Em agosto de 2015, foi encaminhado a todos os Participantes Assistidos, dos Planos administrados pela **FIPECq**, formulário de recadastramento em atendimento à Instrução Normativa da **FIPECq** nº 49. O recadastramento foi atendido em 100%.

Conselheiros e ASAF participam do Comitê de Investimentos

Durante o ano de 2015, o Comitê de Investimentos recebeu convidados nas suas reuniões mensais: membros da Associação dos Aposentados da **FIPECq** (ASAF), em 24 de fevereiro, integrantes do Conselho Deliberativo, em 16 de abril, e o Conselho Fiscal da Fundação no dia 18 de junho.

O Comitê de Investimentos apresentou aos convidados o seu funcionamento, a carteira dos planos e as análises realizadas pela Gerência de Investimentos. Assuntos como rentabilidade, acompanhamento de riscos, fluxo de caixa dos planos e as oportunidades de investimentos em análise também foram abordados.

Novo Mascote: Edu

Após a realização de um concurso entre os Participantes da Fundação, o Grupo de Trabalho do Programa de Educação Financeira e Previdenciária da **FIPECq** (Autonomia) definiu – no mês de outubro - o vencedor do concurso de escolha do nome do mascote.



Richard Affonso Corrêa, participante do Plano de Previdência Complementar – PPC, foi o ganhador com o nome Edu. Ele e outros 04 finalistas receberam um kit de brindes da **FIPECq**.

Prestação de Contas aos Participantes da Finep

Mais de 100 Participantes da Patrocinadora Finep prestigiaram o evento Prestação de Contas, realizado nos dias 18 e 19 de maio de 2015, no Rio de Janeiro e em São Paulo, respectivamente. O então Diretor-Presidente da **FIPECq**, Maurício Marques, em conjunto com membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal apresentaram os resultados obtidos pela Fundação no exercício de 2014.

A Fundação, em 22 de maio de 2015, no Rio de Janeiro, também realizou, pelo segundo ano consecutivo, em parceria com a Associação dos Aposentados da **FIPECq** (ASAF), evento de Prestação de Contas aos assistidos (foto).



FIPECq no programa “Perspectivas para a Aposentadoria”

A **FIPECq** participou, pelo quarto ano consecutivo, do programa “Perspectivas Para a Aposentadoria – PPA”, realizado pela patrocinadora Finep, com o tema “Impactos Psicológicos na Aposentadoria”.

O evento aconteceu de 10 a 13 de março, na sede da Finep, no Rio de Janeiro – RJ. No dia 13, a Gerente de Previdência, Verônica Câmara, ministrou a palestra “Aspectos importantes do Plano de Previdência Complementar-PPC: a sua preparação começa na adesão”.



Palestra na Instituidora FIPECq Vida

A **FIPECq** participou do evento “II Ciclo de Palestra – Um Convite à Humanização Organizacional”, promovido pela **FIPECq** Vida, em Brasília, dia 02 de dezembro.

O assunto abordado pela Fundação foi a importância da previdência complementar na vida das pessoas e as características do Plano **FIPECqPREV**.

Resultados dos Planos

Resultado do Plano de Previdência Complementar - PPC

No exercício de 2015, o Plano de Previdência Complementar (PPC) apresentou déficit técnico acumulado de R\$ 199,8 milhões, representando um crescimento de R\$ 61,6 milhões (44,6%) em relação a 2014.

O resultado acumulado do PPC com o ajuste de precificação dos ativos¹, que gerou um valor positivo de R\$ 91,1 milhões, ficou negativo em R\$108,7 milhões.

Em novembro de 2015, foi aperfeiçoada a dinâmica de apuração e destinação de superávits e de equacionamento de déficits (Resolução CNPC nº 22/2015). Na metodologia instituída pela nova Resolução, o prazo médio dos fluxos futuros de pagamentos de benefícios de um determinado plano (*duration*²) passou a ser o critério de diferenciação entre os planos. Isto é, se o prazo médio de pagamento dos fluxos futuros de benefícios está concentrado no curto prazo (plano maduro) ou no longo prazo (plano jovem). Quanto mais jovem o plano, maior o prazo para equacionamento de déficit.

O Plano de Previdência Complementar - PPC apresenta um *duration* de 17,91 anos. Utilizando a fórmula existente na citada legislação (*duration* - 4 x 1% das provisões matemáticas) temos como resultado o valor de R\$ 129,5 milhões, que é o valor limite do déficit técnico atuarial acumulado que o PPC poderia ter sem que fosse necessário apresentar neste ano um “plano para o equacionamento do déficit”, dado que o resultado negativo acumulado do Plano com a precificação dos ativos (- R\$ 108,7 milhões) ficou em valor menor do que o limite de déficit técnico atuarial (R\$ 129,5 milhões) calculados na forma da nova Resolução.

O Patrimônio Social, correspondente ao somatório do Patrimônio de Cobertura e Fundos, alcançou R\$ 1.038,8 milhões, crescimento de 7,69% em relação a 2014. No mesmo período, o Patrimônio de Cobertura cresceu 13,09%, enquanto as Provisões Matemáticas avançaram 18,64%, superando a meta atuarial do Plano, de 16,84%.

Resumidamente, os impactos no déficit podem ser assim detalhados:

1. Ajuste de precificação dos ativos: Pode ser entendido como uma antecipação dos ganhos ou perdas de rentabilidade que decorrem da manutenção de títulos públicos indexados à inflação que estejam classificados como “mantidos até o vencimento” (marcados na curva). Ver Nota Explicativa nº 10.

2. A duração do passivo é uma métrica que corresponde a média dos prazos dos fluxos futuros de pagamentos de benefícios de determinado plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos.

Déficit Técnico Acumulado em 31/12/2014	- R\$ 138.207.482,26
Atualização do Déficit Técnico Acumulado pela meta atuarial de 16,84%	- R\$ 23.274.140,01
Perda Financeira Estimada pela rentabilidade não ter sido alcançada em 2015 *	- R\$ 10.595.932,47
Adoção da projeção de crescimento real de salário anual de 2,82% **	- R\$ 19.946.122,00
Perda Atuarial por aumento de 5,17% do Salário Real de Benefício **	- R\$ 9.705.940,00
Outros fatores pulverizados e de origem diversas	R\$ 1.888.779,94
Déficit Técnico Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2015	- R\$ 199.840.836,80
Ajuste de Precificação em 31/12/2015	R\$ 91.095.648,38
Déficit Técnico Apurado por Equilíbrio Técnico em 31/12/2015	- R\$ 108.745.188,42

* Rentabilidade alcançada de 11,16% contra 16,84% da meta atuarial

** Impactos decorrentes de reajustes salariais e da política de remuneração das Patrocinadoras

Resultado do Plano de Previdência Complementar - PPC Fechamento 2015 • R\$/mil

ATIVO	2015	2014	VARIAÇÃO (%)	PASSIVO	2015	2014	VARIAÇÃO (%)
Disponível	30	368	-91,7%	Exigível Operacional	1.518	6.751	-77,5%
				Gestão Previdencial	1.370	2.441	
Realizável	1.055.794	971.450	8,7%	Gestão Administrativa	0	0	
Gestão Previdencial	2.534	2.515	0,7%	Investimentos	148	4.309	
Gestão Administrativa	36.267	37.073	-2,2%				
Investimentos	1.016.994	931.862	9,1%	Exigível Contingencial	15.511	466	3.226,7%
Títulos Públicos	672.730	502.940		Gestão Previdencial	15.230	208	
Créditos Privados e Depósitos	126.181	167.398		Gestão Administrativa	0	0	
Ações	65.131	98.447		Investimentos	281	259	
Fundos de Investimentos	123.357	132.096					
Investimentos Imobiliários	9.016	8.919		Patrimônio Social	1.038.795	964.601	7,7%
Empréstimos	20.306	21.808		Patrimônio de Cobertura do Plano	731.348	646.679	13,1%
Depósitos Judiciais/ Recursais	271	252		Provisões Matemáticas	931.189	784.887	18,6%
Outros Realizáveis	0	4		Benefícios Concedidos	361.713	306.188	
				Benefícios a Conceder	569.476	478.698	
Permanente	0	0		Equilíbrio Técnico	-199.841	-138.207	44,6%
Imobilizado				Resultados Realizados	-199.841	-138.207	
Intangível				(-) Déficit Técnico Acumulado	-199.841	-138.207	
				Fundos	307.447	317.921	-3,3%
				Fundos Previdenciais	267.141	277.296	
				Fundos Administrativos	36.267	37.073	
				Fundos dos Investimentos	4.040	3.552	
TOTAL DO ATIVO	1.055.824	971.817	8,64%		1.055.824	971.817	8,64%

Resultado do Plano FIPECqPREV

Em 2015, o Patrimônio Social, correspondente ao somatório do Patrimônio de Cobertura e Fundos, alcançou R\$ 22,9 milhões, crescimento de 14,5% em relação a 2014. No mesmo período, o Patrimônio de Cobertura, e consequentemente

te as Provisões Matemáticas cresceram 13,6%. O resultado foi impactado pelo não alcance do índice de referência de INPC + 5% ao ano (16,84%) pela carteira de investimentos do FIPECqPREV.

Resultado do Plano FIPECqPREV - Fechamento 2015 • R\$/mil

ATIVO	2015	2014	VARIAÇÃO (%)	PASSIVO	2015	2014	VARIAÇÃO (%)
Disponível	7	87	-91,9%	Exigível Operacional	105	144	-26,8%
				Gestão Previdencial	101	75	
Realizável	23.093	20.356	13,4%	Gestão Administrativa	0	0	
Gestão Previdencial	1	0		Investimentos	4	68	
Gestão Administrativa	164	138					
Investimentos	22.929	20.218		Exigível Contingencial	69	271	-74,4%
Títulos Públicos	13.666	6.785		Gestão Previdencial	57	259	
Créditos Privados e Depósitos	0	0		Gestão Administrativa	0	0	
Ações	1.456	2.020		Investimentos	12	12	
Fundos de Investimentos	7.794	11.402					
Investimentos Imobiliários	0	0		Patrimônio Social	22.926	20.029	14,5%
Empréstimos	0	0		Patrimônio de Cobertura do Plano	20.835	18.342	
Depósitos Judiciais/ Recursais	12	12		Provisões Matemáticas	20.835	18.342	
Outros Realizáveis	0			Benefícios Concedidos	7.569	7.101	
				Benefícios a Conceder	13.266	11.240	
Permanente	0	0		Equilíbrio Técnico	0	0	
Imobilizado				Resultados Realizados	0	0	
Intangível				(-) Déficit Técnico Acumulado			
				Fundos	2.091	1.687	23,9%
				Fundos Previdenciais	1.927	1.549	
				Fundos Administrativos	164	138	
				Fundos dos Investimentos			
TOTAL DO ATIVO	23.100	20.443	13,00%		23.100	20.443	13,00%

Resultado do Plano de Gestão Administrativa - PGA

Em 2015, o Patrimônio Social do Plano de Gestão Administrativa, R\$ 36,4 milhões, apresentou um decréscimo de 2,1% em relação a 2014. Essa redução foi devida a utilização de R\$ 780 mil

dos recursos do Fundo Administrativo, já considerando os rendimentos de investimentos, R\$ 2,8 milhões, para custeio das despesas da Entidade em 2015.

Resultado do Plano de Gestão Administrativo (PGA) - Fechamento 2015 (R\$ Mil)

ATIVO	2015	2014	VARIAÇÃO (%)	PASSIVO	2015	2014	VARIAÇÃO (%)
Disponível	9	219	-95,8%	Exigível Operacional	832	1.062	-21,7%
				Gestão Previdencial	0		
Realizável	46.165	46.614	-1,0%	Gestão Administrativa	828	868	
Gestão Previdencial	0			Investimentos	4	195	
Gestão Administrativa	9.633	9.431					
Investimentos	36.532	37.184		Exigível Contingencial	9.356	8.792	6,4%
Títulos Públicos	25.262	20.314		Gestão Previdencial	0		
Créditos Privados e Depósitos	0	0		Gestão Administrativa	9.356	8.792	
Ações	3.480	4.991		Investimentos			
Fundos de Investimentos	7.655	11.878					
Investimentos Imobiliários	0			Patrimônio Social	36.430	37.210	-2,1%
Empréstimos	0			Patrimônio de Cobertura do Plano	0	0	
Depósitos Judiciais/ Recursais	0			Provisões Matemáticas	0	0	
Outros Realizáveis	134	0		Benefícios Concedidos			
				Benefícios a Conceder			
Permanente	444	231	92,3%	Equilíbrio Técnico	0	0	
Imobilizado	128	181		Resultados Realizados	0	0	
Intangível	316	50		(-) Déficit Técnico Acumulado			
				Fundos	36.430	37.210	-2,1%
				Fundos Previdenciais			
				Fundos Administrativos	36.430	37.210	
				Fundos dos Investimentos			
TOTAL DO ATIVO	46.618	47.065	-0,95%		46.618	47.065	-0,95%

Previdência

Planos Administrados

Plano PPC – Plano de Previdência Complementar

Em janeiro de 2015, os benefícios complementados pelo Plano PPC e o piso mínimo foram reajustados em 6,23%, em conformidade com o regulamento do Plano.

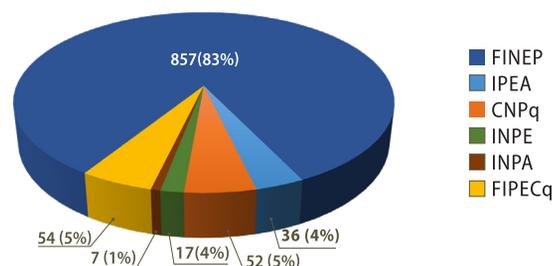
PPC - Participantes e Assistidos

Quantidade

	2015	2014
Participantes Ativos	667	681
Participantes Assistidos*	355	341
Total	1022	1022

* Incluídos os Participantes do PBS

População Total de Participantes Ativos e Assistidos do PPC - 12/2015



Em 2015, o Plano PPC teve a adesão de 20 novos Participantes e foram solicitados os cancelamentos de 11 de inscrições.

PPC - Concessões de Benefícios

Quantidade

ESPÉCIE DE BENEFÍCIOS	2015	2014
Aposentadoria por Tempo de Contribuição	13	46
Aposentadoria por Idade	06	03
Aposentadoria por Invalidez	01	01
Pensão por Morte	04	04
Auxílio-Doença	19	14
Pecúlio	08	07
Total	51	75

O PPC, em 2015, concedeu um total de 51 benefícios, sendo 19 auxílios-doença, 20 aposentadorias, 08 pecúlios e 04 pensões por morte.

Evolução das Despesas Previdenciárias do PPC (2014 - 2015)

ESPÉCIE	2015 R\$	2014 R\$	VARIAÇÃO (%)
Aposentadoria por Tempo de Contribuição	18.376.441	16.716.232	9,9
Aposentadoria por Idade	1.627.648	1.311.770	24,1
Aposentadoria por Invalidez	1.618.469	1.510.525	7,1
Aposentadoria Especial	72.922	67.704	7,7
Pensão por Morte	3.845.342	3.435.182	11,9
Auxílio-Doença	900.251	753.826	19,4
Pecúlio	422.382	408.641	3,4
Total	26.863.455	24.203.880	10,99

O quadro demonstra a variação percentual das despesas previdenciais em 2015, já considerado o reajuste coletivo aplicado aos benefícios em manutenção na data base 01/2015 no percentual de 6,23%. Tais despesas cresceram 10,99%.

Evolução dos Institutos Previdenciários - PPC (2014 - 2015)

INSTITUTOS	2015 R\$	2014 R\$	VARIAÇÃO (%)
Portabilidade PPC - Plano Originário	-	29.676	-
Portabilidade PPC - Plano Receptor	131.158	-	-
Resgate de Reserva	288.707	69.446	315,7

Em 2015, R\$ 131,2 mil foram portados para o PPC e os 16 resgates somaram R\$ 288,7 mil.

Evolução das Receitas Previdenciárias - PPC

PATROCINADORA	PLANO PPC		
	2015 R\$	2014 R\$	VARIAÇÃO (%)
Finep	16.725.873	15.252.304	9,7
Ipea	-	-	-
CNPq	116.678	109.495	6,6
INPE	21.725	59.628	-63,6
INPA	-	-	-
FIPECq	420.233	454.906	-7,6
Assistidos	1.538.460	1.279.855	20,2
Especiais*	278.640	358.827	-22,3
Total	19.401.609	17.515.015	10,77

* autopatrocinados

O crescimento das receitas previdenciárias no PPC é justificado pelo reajuste salarial na Patrocinadora Finep e pela elevação do teto máximo de partici-

pação ocorrido em janeiro de 2015, que passou de R\$ 17.560,96 para R\$ 18.655,00 além do reajuste concedido aos benefícios do Plano.

Variação das Provisões Matemáticas do PPC

As provisões matemáticas do PPC cresceram 18,64% passando de R\$ 784,9 milhões em 2014 para R\$ 931,2 milhões em 2015. Os principais impactos foram:

- Aumento do percentual da projeção de cresci-

mento real médio de salários, o que gerou R\$ 19,9 milhões de obrigações adicionais ao Plano;

- Crescimento real médio dos salários aplicado aos Participantes do Plano que resultou em majoração de obrigações do Plano de R\$ 9,7 milhões.

FIPECqPREV - Plano de Benefícios Previdenciários dos Associados da FIPECqVida

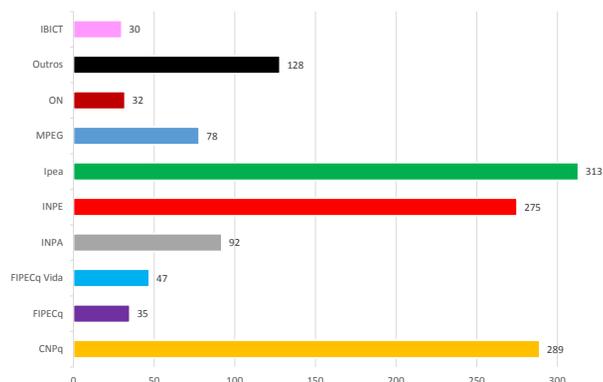
O FIPECqPREV é um Plano instituído, constituído na modalidade de Contribuição Definida. Porém, transitoriamente, por ter o FIPECqPREV assumido a obrigação de continuar o pagamento de um pequeno grupo de assistidos e pen-

sionistas, em decorrência da incorporação do Plano de Previdência Especial - PPE da **FIPECq**, existe o registro de uma Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, na modalidade de Benefício Definido.

FIPECqPREV - Participantes e Assistidos

Quantidade

	2015	2014
Participantes Ativos	1.319	1.392
Participantes Assistidos	12	11
Total	1.331	1.403



No ano de 2015, o Plano contou com a adesão de 78 novos Participantes. Em contrapartida, foram

128 solicitações de resgates de reservas individuais e, conseqüentemente, desligamentos do Plano.

FIPECqPREV na Concessão de Benefícios

Quantidade

BENEFÍCIOS	2015	2014
Aposentadoria Programada - parcela única	11	04
Aposentadoria Programada - prazo determinado	02	00
Pensões por morte - parcela única	06	11
Pensões por morte - prazo determinado	01	00
Total	20	15

No exercício de 2015, o FIPECqPREV concedeu um total de 20 benefícios, sendo 13 aposentadorias programadas e 7 pensões por morte.

Evolução das Despesas Previdenciárias - FIPECqPREV

ESPÉCIE	2015 R\$	2014 R\$	VARIAÇÃO (%)
Aposentadoria Programada – parcela única	97.514	26.382	269,6
Aposentadoria Programada – prazo determinado	12.183	46.100	(73,6)
Pensão por Morte – parcela única	348.415	269.326	29,4
Pensão por Morte – prazo determinado	59.403	0	100,0
Total	517.515	341.808	51,4
Capital Segurado – Vertido em Pensão	280.911	218.720	28,4

Em 2015, as despesas previdenciárias no FIPECqPREV apresentaram crescimento de 51,4%. As despesas com Aposentadoria Programada e Pensão por Morte (parcela única) cresceram 269,6% e 29,4%, respectivamente.

Evolução das Despesas Previdenciárias FIPECqPREV originário do PPE

ESPÉCIE	2015 R\$	2014 R\$	VARIAÇÃO (%)
Aposentadoria por Invalidez	255.060	241.460	5,6
Pensão por Morte	47.129	39.678	18,8
Pecúlio - PPE	214	102	109,8
Abono Anual	25.181	23.428	7,5
Total	327.584	304.667	7,5

No decorrer de 2015, foram mantidos os pagamentos de 6 Aposentadorias por Invalidez e 2 Pensões por Morte para os assistidos oriundos do extinto Plano de Previdência Especial - PPE. As despesas previdenciárias totalizaram R\$ 327,6 mil, sendo R\$ 255,1 mil relativos a pagamento de Aposentadorias por Invalidez.

Evolução Institutos Previdenciários – FIPECqPREV

INSTITUTOS	2015 R\$	2014 R\$	VARIAÇÃO (%)
Portabilidade FIPECqPREV - Originário	-	-	-
Portabilidade FIPECqPREV - Receptor	-	-	-
Resgate de Reserva	876.831	923.993	(5,1)

Em 2015, os resgates realizados no FIPECqPREV, 128 no total, somaram R\$ 876,8 mil.

Evolução das Receitas Previdenciárias

PATROCINADORA	PLANO FIPECqPREV		
	2015 R\$	2014 R\$	VARIAÇÃO (%)
Participantes	2.237.559,00	2.084.510,00	7,34

Variação das Provisões Matemáticas do FIPECqPREV

Considerando que o Plano FIPECqPREV é um Plano em que os benefícios são concedidos na modalidade de Contribuição Definida e são financiados pelo regime financeiro de Capitalização Individual, não existe Superávit ou Déficit nesse Plano.

Política de Investimentos

Estabelece as diretrizes que foram adotadas na aplicação dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios, Plano de Previdência Complementar (PPC) e FIPECqPREV, e dos recursos do **Plano de Gestão Administrativa (PGA)**, para o horizonte dos próximos cinco anos. Os parâmetros e estratégias estabelecidos estão calcados nos objetivos de desempenho de longo prazo e nas regras definidas pela legislação aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Os parâmetros e estratégias da Política de Investimentos foram estabelecidos com base em estudo de Asset Allocation Management – ALM, que visa compatibilizar os fluxos de pagamentos do ativo e passivo dos planos de benefícios, realizados pela ADITUS Consultoria Financeira, empresa credenciada à Comissão de Valores Mobiliários, CVM, e contratada pela **FIPECq**.

A Meta Atuarial estabelecida para o PPC, Plano de Benefício Definido, assim como o Índice de Referência do FIPECqPREV, Plano de Contribuição Definida, e a meta de rentabilidade para o PGA, foi definida como INPC + 5% ao ano.

“a meta atuarial e o índice de referência foram definidos como INPC+ 5% ao ano”

A Gestão de Risco é um processo contínuo, por essa razão, a Política de Investimentos apresenta os controles exercidos e também a influência de tais controles na gestão dos recursos. A Entidade possui uma Gerência de Controladoria, responsável por este acompanhamento, assim

como um Comitê de Investimentos que assessorava a tomada das decisões.

A designação de Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ) obedece ao estabelecido na Resolução CMN nº 3.792/2009. O AETQ deve atuar como responsável pela gestão, alocação, supervisão, controle de risco e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos.

Conjuntura Econômica

O mercado financeiro foi duramente afetado pelos desdobramentos das crises política e econômica ao longo do ano, com consequente impacto no crescimento da economia - o PIB apresentou queda de 3,8%; crescimento do nível de inflação - o IPCA e INPC atingiram 10,67% e 11,27%, respectivamente; perda do *Investment Grade*, com o rebaixamento das notas de risco do Brasil pelas agências Fitch Ratings e Standard&Poor's; e a forte desvalorização do Real, de 47% em 2015. Este cenário levou o Comitê de Política Monetária do Banco Central a elevar a taxa Selic de 11,75% para 14,25% ao longo do ano.

O cenário externo também colaborou para um cenário econômico instável. Anunciada várias vezes pela autoridade monetária norte-americana (FED), a alta de juros da maior economia do mundo foi iniciada na reunião de dezembro de 2015. Na Zona do Euro, permaneceram os desafios com temores em relação aos compromissos financeiros da Grécia e sua eventual saída

do bloco. O crescimento econômico da Europa, abaixo do esperado, mesmo com a implementação do programa de injeção de liquidez semelhante ao *Quantitative Easing* norte-americano, ainda preocupa o Banco Central Europeu. Na China, a economia apresentou um crescimento menor do que o inicialmente esperado, o que gerou forte impacto nos preços das principais commodities; intervenções governamentais no câmbio; elevação das taxas de juros; e forte oscilação na bolsa de valores. Esses fatos geraram grande apreensão, principalmente para as economias emergentes, como a do Brasil.

Gestão de Investimentos

Diante do cenário político e econômico adverso de 2015, a FIPECq procurou gerir os investimentos buscando diminuir o risco e a volatilidade (oscilações) das carteiras dos planos:

- I. Reduziu, no primeiro semestre, a exposição dos planos administrados no segmento de Renda Variável, de forma a proteger a rentabilidade e diminuir a volatilidade das carteiras;
- II. No segmento de Renda Fixa, aproveitando a elevação das taxas de juros, que ficaram acima da meta atuarial e índice de referência, aumentou a exposição em títulos públicos federais, notadamente em NTN-B, com aquisições no valor de R\$ 86,182 milhões para o PPC, R\$ 5,76 milhões para o FIPECqPREV e R\$ 3,41 milhões para o PGA. Devido à elevação do nível de risco, não foram realizadas novas aquisições de títulos de crédito corporativo ou financeiro, com consequente redução na exposição destes ativos nas carteiras;
- III. No segmento de Investimentos Estruturados, os recursos dos planos foram concentrados em Fundos de Investimentos Multimercados (FIM). Cabe informar a liquidação dos FIP TAG e BR EDUCACIONAL, com os seguintes destaques:
 - a. FIP TAG – liquidação ocorrida em dezembro. O fundo apresentou um retorno final negativo de 0,52% a.a.. Os quotistas moveram ação judicial com o objetivo de esclarecer os valores empregados nos cálculos das cláusulas de Ajuste de Preço e “Earn-out”, que podem melhorar o retorno final do investimento.
 - b. FIP BR EDUCACIONAL – liquidação em setembro. O Fundo apresentou retorno final de 32,50% a.a.
- IV. O segmento de Operações com Participantes – empréstimos simples – manteve seu processo normal de concessão;
- V. Não houve alteração na carteira imobiliária, sendo que somente o Plano de Previdência Complementar (PPC) possui investimento neste segmento - Edifício Varig, sala 404, localizado em Brasília. A sala é dividida entre a FIPECq (404A) e um segundo locatário (404B);
- VI. A Política de Investimentos 2016-2020, assim como o Relatório Mensal de Acompanhamento, que é apresentado e discutido pelo Comitê de Investimentos, foram aprimorados, visando maior nível de transparência e governança; e
- VII. O Relatório Mensal de Compliance e o Relatório Trimestral de Acompanhamento da Política de Investimentos, preparados pela ADITUS, foram inseridos nas reuniões do Comitê de Investimentos. Esses relatórios permitem que o Comitê de Investimentos monitore o enquadramento dos investimentos à Resolução CMN nº 3792 e à Política de Investimentos vigente, reduzindo assim os riscos operacionais para os planos.

Carteiras de Investimentos dos Planos

Os investimentos realizados nas Carteiras dos Planos PPC, FIPECqPREV e PGA estão aderentes à Resolução CMN nº 3.792/2009 e respectivas Políticas de Investimentos, aprovadas pelo Conselho Deliberativo da FIPECq. Os limites apresentados pelos Pla-

nos, no encerramento de 2015, espelham os limites de alocação indicados nos normativos, de forma a auferir a rentabilidade mínima atuarial, incorrendo em níveis de risco adequados às características de cada plano e suas respectivas propostas.

Plano de Previdência Complementar - PPC

Recursos do plano

As alocações dos recursos do PPC, por segmento de aplicação, conforme estabelecido na Resolução do CMN nº 3.792/2009 e Política de Investimentos 2015, estão apresentadas na **Tabela 1**.

Os recursos garantidores do Plano superaram a marca histórica de R\$ 1,0 bilhão, apesar das dificuldades do ano. O segmento de Renda Fixa, maior participação dentre os segmentos de aplicação, alcançou 86% do total dos investimentos, tendo apresentado crescimento de 19,85% em relação a 2014, principalmente em decorrência das aquisições de títulos públicos federais, NTN-B. No segmento de Renda Variável, a redução na alocação de recursos, - 48,06%, deveu-se às vendas de ações realizadas e à queda na cotação das ações da carteira. O segmento de Investimentos Estruturados apresentou um crescimento de 33,59%, devido ao investimento em Fundo de Investimento Multimercado (FIM). Não foram realizadas novas aplicações em Fundos de Investimentos em Participações (FIP) e Fundos de Investimento Imo-

biliários (FII). Os segmentos de Operações com Participantes (Empréstimos) e Imóveis fecharam praticamente estáveis. Cabe finalmente destacar a redução no Disponível em 2015, trabalho realizado ao longo do segundo semestre, com o objetivo de otimizar a gestão de caixa.

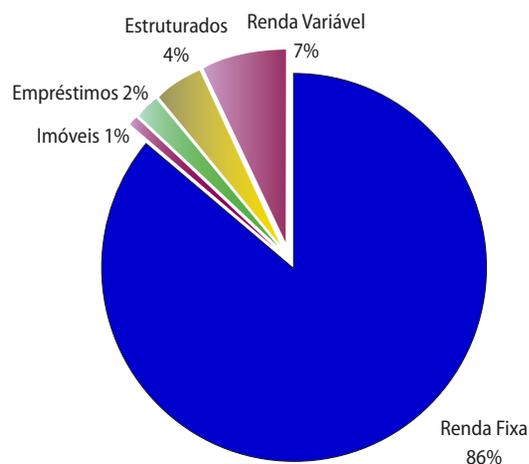


Tabela 1 • Alocação de Recursos por Segmento de Aplicação

RECURSOS DO PLANO	DEZ/15		DEZ/14	
	R\$	%	R\$	%
• Investimento Bruto	1.016.993.769		931.862.287	
Renda Fixa	873.163.018	85,9	728.528.073	78,2
Renda Variável	73.791.617	7,3	142.076.634	15,2
Investimentos Estruturados	40.445.679	4,0	30.275.608	3,2
Imóveis	9.016.390	0,9	8.918.719	1,0
Operações com Participantes	20.306.117	2,0	21.807.731	2,3
Depósitos Judiciais / Recursais	270.947	0,0	255.522	0,0
Exigibilidades Investimentos (-)	429.659		4.568.152	
• Investimento Líquido	1.016.564.109		927.294.135	
Disponível (+)	30.408		367.722	
• Recursos do Plano	1.016.594.517		927.661.857	

Fonte: Balançetes, Carteira Custodiante Itaú.

Rentabilidade do Plano

A rentabilidade nominal da carteira de investimentos do PPC, no ano de 2015, foi de 11,16%, abaixo, portanto, da meta atuarial (INPC+5%), de 16,84%. A rentabilidade real atuarial(*), conforme pode ser observado na **Tabela 2**, foi de -4,86%. O segmento de Renda Fixa e o de Operações com Participantes superaram a meta atuarial, ao apresentarem

retornos de 17,16% e 17,36%, respectivamente. O segmento de Renda Variável, devido ao cenário adverso e ao resultado negativo da operação de proteção em ações de Vale, realizado em 2014, impactou negativamente o desempenho final da carteira de investimentos do PPC, apresentando uma rentabilidade negativa de 22,01%.

Tabela 2 • Rentabilidades por Segmento de Aplicação

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	2015		2014	
	NOMINAL	REAL ATUARIAL	NOMINAL	REAL ATUARIAL
Retorno da Carteira	11,16	-4,86%	5,75	-5,19%
Segmento de Renda Fixa	17,16	0,27%	10,75	-0,71%
Segmento de Renda Variável	-22,01	-33,25%	-14,46	-23,31%
Segmento de Investimentos Estruturados	-2,77	-16,78%	12,08	0,48%
Segmento de Imóveis	4,14	-10,87%	-3,59	-13,56%
Segmento de Operações com Participantes	17,36	0,45%	15,03	3,13%
Meta Atuarial	16,84%		11,54%	
Ibovespa	-13,31%		-2,91%	
CDI	13,23%		20,81%	

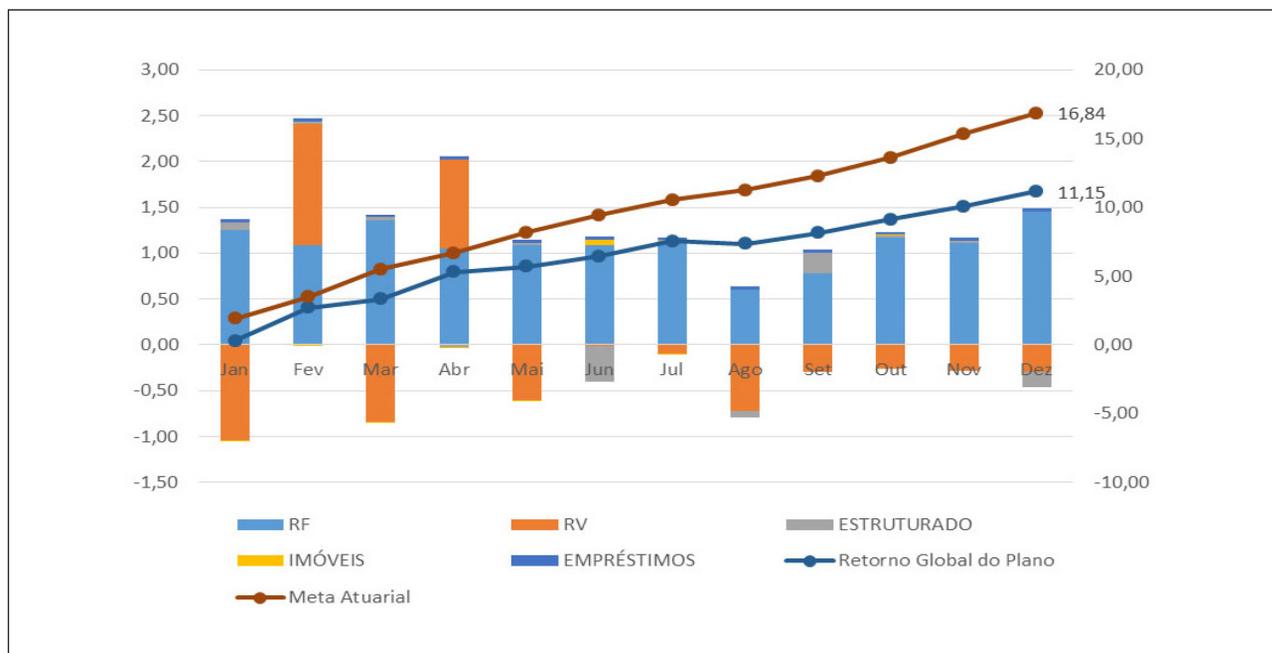
Fonte: Relatórios da Gerência de Controladoria (GCO).

(*) Rentabilidade Real Atuarial – Rentabilidade Nominal descontada pela Meta Atuarial do período.

A atribuição de performance, ou seja, quanto cada segmento contribuiu para a rentabilidade nominal do Plano, assim como a evolução desta rentabilidade, está apresentada no **Gráfico 1**. Observando as

barras do gráfico, fica evidenciado que o segmento de Renda Variável foi o principal vetor de contribuição negativa à rentabilidade do PPC, enquanto Renda Fixa contribuiu positivamente ao longo ano.

Gráfico 1 • Atribuição de Performance por Segmento - PPC



Fonte: Relatórios da Gerência de Controladoria (GCO).

Plano FIPECqPREV

Recursos do Plano

As alocações dos recursos do FIPECqPREV, por segmento de aplicação, conforme estabelecido na Resolução do CMN nº 3.792/2009 e Política de Investimentos 2015, estão apresentadas na **Tabela 3**.

O segmento de Renda Fixa, maior participação dentre os segmentos de aplicação, com 86% do total dos investimentos, apresentou crescimento de 15,95% em relação a 2014. Já no de Renda Variável, a redução de 53,62% na alocação, deveu-se às vendas realizadas e à queda na cotação das ações da carteira. O segmento de Investimentos Estruturados apresentou crescimento, devido ao investimento realizado em FIM. Finalmente, é importante destacar a redução no Disponível em

2015, trabalho realizado ao longo do segundo semestre, buscando otimizar a gestão de caixa.

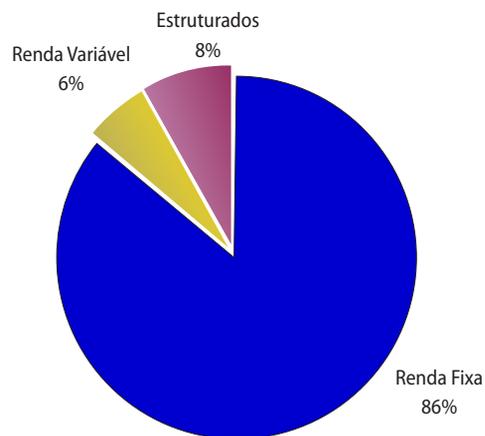


Tabela 3 - Alocação de Recursos por Segmento de Aplicação

RECURSOS DO PLANO	DEZ/15		DEZ/14	
	R\$	%	R\$	%
• Investimento Bruto	22.928.744		20.218.144	
Renda Fixa	19.637.806	85,6	16.935.817	83,8
Renda Variável	1.516.705	6,6	3.270.449	16,2
Investimentos Estruturados	1.762.355	7,7	-	0,0
Operações com Participantes	-	0,0	-	0,0
Depósitos Judiciais / Recursais	11.878		11.878	
Exigibilidades Investimentos (-)	15.649		80.306	
• Investimento Líquido	22.913.095		20.137.838	
Disponível (+)	6.990		86.772	
Recursos do Plano	22.920.085		20.224.610	

Fonte: Balancetes e Carteira Custodiante Itaú.

Rentabilidade do Plano

A rentabilidade nominal da carteira de investimentos do FIPECqPREV, no ano de 2015, foi de 10,84%, abaixo da meta de rentabilidade (INPC+5%aa), que foi de 16,84%, conforme apresentado no **Tabela 4**. Em consequência, a rentabilidade real atuarial(*) ficou em -5,14%.

A rentabilidade no segmento de Renda Fixa, 15,28%, ficou abaixo do índice de referência em função da alocação em fundos de investimentos, que apresentaram rentabilidade inferior às obser-

vadas em títulos públicos. O segmento de Renda Variável, devido ao cenário adverso e ao resultado negativo da operação de proteção em ações de Vale, realizado em 2014, apresentou rentabilidade negativa de 19,62%, impactando negativamente o desempenho final da carteira de investimentos do FIPECqPREV. A alocação realizada no segmento de Investimentos Estruturados, notadamente os Fundos de Investimentos Multimercados (FIM), apresentou excelente retorno, 20,18%, superando o índice de referência em 2,86%.

Tabela 4 • Rentabilidades por Segmento de Aplicação

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	2015		2014	
	NOMINAL	REAL ATUARIAL	NOMINAL	REAL ATUARIAL
Retorno da Carteira	10,84	-5,14%	6,63	-4,40%
Segmento de Renda Fixa	15,28	-1,34%	11,10	-0,39%
Segmento de Renda Variável	-19,62	-31,21%	-12,90	-21,91%
Segmento de Investimentos Estruturados	20,18	2,86%		
Índice de Referência	16,84%		11,54%	
Ibovespa	-13,31%		-2,91%	
CDI	13,23%		10,81%	

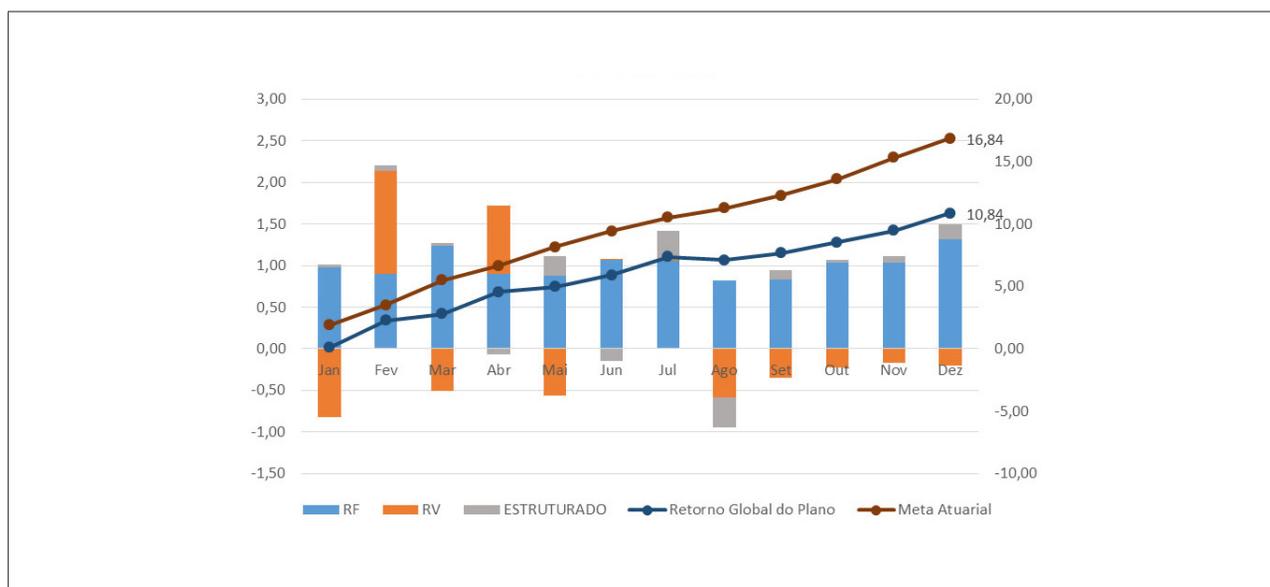
Fonte: Relatórios da Gerência de Controladoria (GCO).

(*) Rentabilidade Real Atuarial – Rentabilidade Nominal descontada pela Meta Atuarial do período.

A atribuição de performance, ou seja, quanto cada segmento contribui para a rentabilidade nominal do plano, assim como a evolução desta rentabilidade, está apresentada no **Gráfico 2**. Observando as barras do gráfico, fica evidenciada

do que o segmento de Investimentos Estruturados e Renda Fixa contribuíram positivamente na rentabilidade do plano, enquanto o segmento de Renda Variável foi o principal vetor de contribuição negativa à rentabilidade do FIPECqPREV.

Gráfico 2 • Atribuição de Performance por Segmento (FIPECqPREV)



Fonte: Relatórios da Gerência de Controladoria (GCO).

Plano de Gestão Administrativa – PGA

Recursos do Plano

As alocações dos recursos do PGA, por segmento de aplicação, conforme estabelecido na Resolução do CMN nº 3.792/2009 e Política de Investimentos 2015, estão apresentadas na **Tabela 5**.

O segmento de Renda Fixa, maior participação dentre os segmentos de aplicação, alcançou 82% do total dos investimentos, tendo apresentado crescimento marginal em relação a 2014. No segmento de Renda Variável, a redução na alocação, deveu-se as vendas realizadas e a queda na cotação das ações da carteira. O segmento de Investimentos Estruturados apresentou crescimento significativo, devido ao investimento em Fundo de Investimento Multimercado (FIM). Cabe destacar a redução no Disponível em 2015, trabalho

realizado ao longo do segundo semestre do ano, buscando otimizar a gestão de caixa. O valor em “Outros Realizáveis” representa parcela dos planos de benefícios a ser recolhidas ao PGA.

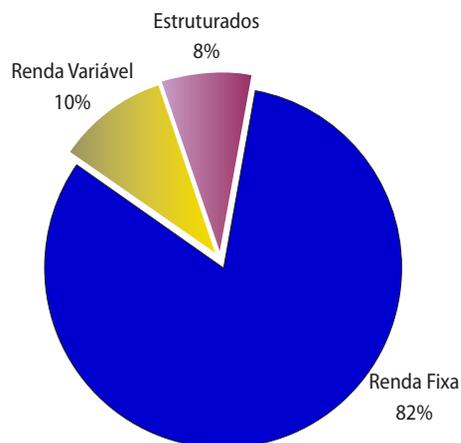


Tabela 5 • Alocação de Recursos por Segmento de Aplicação

RECURSOS DO PLANO	DEZ/15		DEZ/14	
	R\$	%	R\$	%
Investimento Bruto	36.531.548		37.183.508	
Renda Fixa	29.875.065	81,8	29.744.168	80,0
Renda Variável	3.629.397	9,9	7.439.340	20,0
Investimentos Estruturados	2.893.185	7,9	-	0,0
Imóveis	-	0,0	-	0,0
Operações com Participantes	-	0,0	-	0,0
Outros Realizáveis	133.902	0,4	-	0,0
Exigibilidades Investimentos (-)	-	-	-	-
Investimento Líquido	36.531.548		37.183.508	
Disponível (+)	9.314		219.476	
Recursos do Plano	36.540.863		37.402.985	

Fonte: Balançetes e Carteira Custodiante Itaú.

Rentabilidade do Plano

A rentabilidade nominal da carteira de investimentos do PGA, no ano de 2015, foi de 8,02%, abaixo da meta de rentabilidade (INPC+5%), que alcançou 16,84%, conforme apresentado no **Tabela 6**. A rentabilidade real atuarial(*) foi negativa em 7,55%. O segmento de Renda Fixa, rentabilidade de 13,46%, não superou sua meta de retorno em função da alocação de recursos em fundos de investimentos e a abertura da taxa de juros, que impactou os preços dos ativos da carteira do plano, que são, em sua maioria, marcados a mercado. O segmento de Renda Variável, com a rentabilidade negativa de

20,59%, devido ao cenário adverso e ao resultado negativo da operação de proteção em ações de Vale, realizado em 2014, impactou negativamente o desempenho final da carteira de investimentos do PGA. Esse efeito foi ainda maior neste plano, uma vez que a participação no segmento ao longo do ano era maior do que as observadas nos demais planos. A alocação realizada no segmento de Investimentos Estruturados, notadamente em Fundos de Investimentos Multimercados (FIM), apresentou excelente retorno, 20,60%, superando a meta de rentabilidade em 3,22%.

* Rentabilidade Real Atuarial – Rentabilidade Nominal descontada pela Meta Atuarial do período.

Tabela 6 - Rentabilidades por Segmento de Aplicação

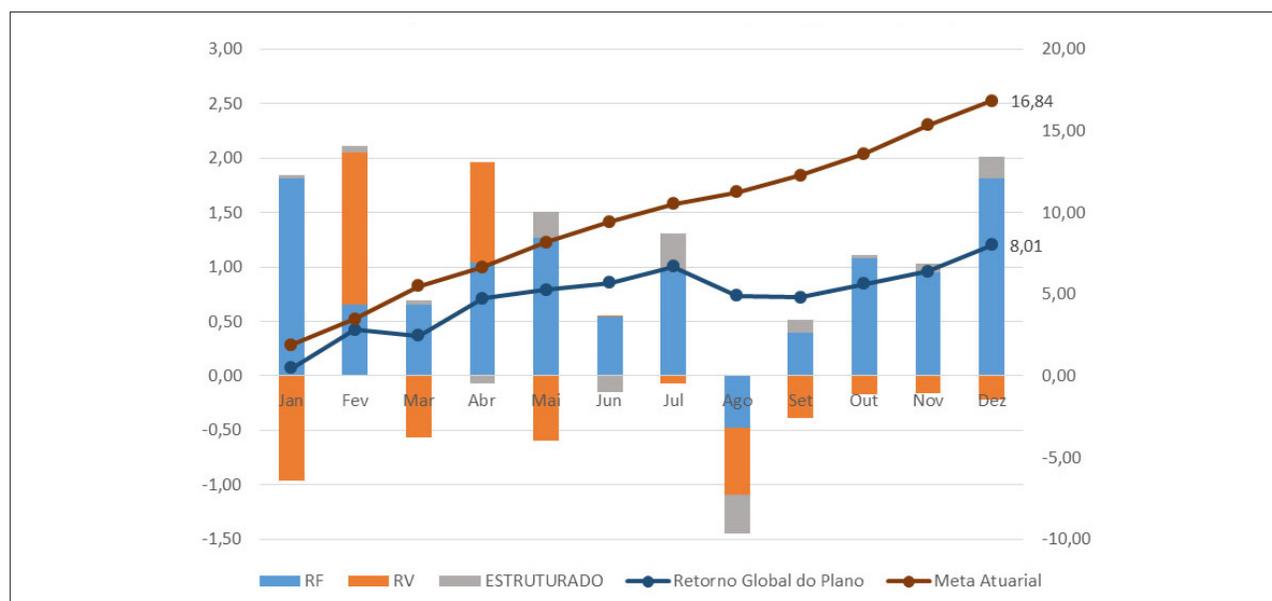
CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	2015		2014	
	NOMINAL	REAL ATUARIAL	NOMINAL	REAL ATUARIAL
Retorno da Carteira	8,02	-7,55%	6,21	-4,78%
Segmento de Renda Fixa	13,46	-2,89%	11,33	-0,19%
Segmento de Renda Variável	-20,59	-32,04%	-16,12	-24,80%
Segmento de Investimentos Estruturados	20,60	3,22%		
Meta Atuarial	16,84%		11,54%	
Ibovespa	-13,31%		-2,91%	
CDI	13,23%		10,81%	

Fonte: Relatórios da Gerência de Controladoria (GCO).

A atribuição de performance, ou seja, quanto cada segmento contribuiu para a rentabilidade nominal do plano, assim como a evolução desta rentabilidade, está apresentada no **Gráfico 3**. Observando as barras do gráfico, fica evidenciada

do que o segmento de Investimentos Estruturados e Renda Fixa contribuíram positivamente na rentabilidade do plano, enquanto o segmento de Renda Variável foi o principal vetor de contribuição negativa à rentabilidade do PGA.

Gráfico 3 • Atribuição de Performance por Segmento



Informações Adicionais

Categorias de Classificação de Apreçamento

A Resolução CGPC nº 04, de 30/01/2002, estabelece critérios para registro e classificações dos títulos e valores mobiliários. A **Tabela 7** apresenta a classificação para as carteiras dos Planos de Benefícios e PGA. O PPC e FIPECqPREV possuem

maior exposição em ativos classificados como “Títulos mantidos até o vencimento”, enquanto o PGA em “Títulos para negociação”, o que traz maior volatilidade ao Plano.

Tabela 7 • Categorias de Classificação dos Ativos

CLASSIFICAÇÃO	PPC	FIPECqPREV	PGA
Vencimento	63,6%	57,5%	29,6%
Negociação	36,4%	42,5%	70,4%

Fonte: Relatório de Investimentos (Gerência de Controladoria) – Não considera “Outros Realizáveis”.

Segregação por Indexador

Os planos apresentam uma maior exposição ao IPCA, uma vez que este indexador é o que mais se aproxima da variação do INPC, utilizado para reajuste de benefícios no PPC, na meta atuarial e no índice de referência, conforme apresentado

na **Tabela 8**. Vale destacar que o descasamento entre o INPC e o IPCA, em 2015, de 0,60%, foi mais um fator de dificuldade para as Fundações, com metas atuariais e índices de referência atrelados ao INPC.

Tabela 8 • Segregação por Indexador

	PPC	FIPECqPREV	PGA
IPCA/IBGE	80,7%	59,6%	69,4%
CDI/CETIP	8,9%	33,8%	20,6%
IBOVESPA	7,3%	6,6%	10,0%
INPC/IBGE	2,0%	0,0%	0,0%
IGPM/FGV	1,1%	0,0%	0,0%

Fonte: Relatório de Investimentos (Gerência de Controladoria) – Não considera “Outros Realizáveis”.

Demonstrações Contábeis

Quadro I • Balanço Patrimonial Consolidado (R\$ Mil)

ATIVO	NE	2015	2014	PASSIVO	NE	2015	2014
Disponível		47	674	Exigível Operacional		2.262	7.932
				Gestão Previdencial	6a	1.278	2.492
Realizável		1.088.428	1.001.186	Gestão Administrativa	6b	828	867
Gestão Previdencial	3	2.534	2.515	Investimentos	6c	156	4.573
Gestão Administrativa	4	9.440	9.407				
Investimentos		1.076.454	989.264	Exigível Contingencial		24.936	9.529
Títulos Públicos	5a	711.659	530.039	Gestão Previdencial	7a	15.288	466
Créditos Privados e Depósitos	5b	126.181	167.398	Gestão Administrativa	7b	9.356	8.792
Ações	5c	70.068	105.458	Investimentos		292	271
Fundos de Investimentos	5d	138.807	155.375				
Investimentos Imobiliários	5e	9.016	8.919	Patrimônio Social		1.061.721	984.629
Empréstimos	5f	20.306	21.808	Patrimônio de Cobertura do Plano		752.183	665.021
Depósitos Judiciais/ Recursais		283	263	Provisões Matemáticas	8	952.024	803.228
Outros Realizáveis		134	4	Benefícios Concedidos		369.282	313.290
				Benefícios a Conceder		582.742	489.938
Permanente		444	230	Equilíbrio Técnico	9	(199.841)	(138.207)
Imobilizado		128	181	Resultados Realizados		(199.841)	(138.207)
Intangível		316	49	(-) Déficit Técnico Acumulado		(199.841)	(138.207)
				Fundos		309.538	319.608
				Fundos Previdenciais	11a	269.068	278.846
				Fundos Administrativos	11b	36.430	37.210
				Fundos dos Investimentos	11c	4.040	3.552
Total do Ativo		1.088.919	1.002.090	Total do Passivo		1.088.919	1.002.090

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis

Quadro 2 • Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidada (R\$ Mil)

	DESCRIÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO (%)
	A) Patrimônio Social - início do exercício	984.629	938.276	4,94%
	1. Adições	133.878	84.670	58,12%
(+)	Contribuições Previdenciais	18.700	16.972	10,18%
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	104.685	51.961	100,00%
(+)	Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	-	5.683	-100,00%
(+)	Receitas Administrativas	7.173	7.109	0,90%
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	2.832	2.287	23,83%
(+)	Constituição de Fundos de Investimento	488	658	-25,84%
	2. Destinações	(56.786)	(38.317)	48,20%
(-)	Benefícios	(31.181)	(27.764)	12,31%
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(14.821)	-	100,00%
(-)	Despesas Administrativas	(10.221)	(9.977)	2,45%
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(563)	(576)	100,00%
	3. Acréscimos/ Decréscimos no Patrimônio Social (1+2)	77.092	46.353	66,32%
(+/-)	Provisões Matemáticas	148.796	108.358	37,32%
(+/-)	Déficit Técnico do Exercício	(61.634)	(63.342)	-2,70%
(+/-)	Fundos Previdenciais	(9.778)	1.836	-632,57%
(+/-)	Fundos Administrativos	(780)	(1.157)	-32,58%
(+/-)	Fundos dos Investimentos	488	658	-25,84%
	B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)	1.061.721	984.629	7,83%

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis

Quadro 3 • Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Plano de Previdência Complementar -PPC (R\$ Mil)

DESCRIÇÃO		2015	2014	VARIAÇÃO (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício		923.976	878.809	5,14%
1. Adições		121.859	74.008	64,66%
(+)	Contribuições	19.366	17.554	10,32%
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	102.493	50.736	100,00%
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	5.718	-100,00%
2. Destinações		(47.346)	(28.841)	64,16%
(-)	Benefícios	(29.459)	(26.213)	12,38%
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(15.022)	-	100,00%
(-)	Custeio Administrativo	(2.865)	(2.628)	9,02%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)		74.513	45.167	64,97%
(+/-)	Provisões Matemáticas	146.302	106.146	37,83%
(+/-)	Fundos Previdenciais	(10.155)	2.363	-529,75%
(+/-)	Déficit Técnico do Exercício	(61.634)	(63.342)	-2,70%
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)		998.489	923.976	8,06%
C) Fundos não Previdenciais		40.307	40.625	-0,78%
(+/-)	Fundos Administrativos	36.267	37.073	-2,17%
(+/-)	Fundos dos Investimentos	4.040	3.552	13,74%

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis

Quadro 4 - Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano FIPECqPREV

DESCRIÇÃO		2015	2014	VARIAÇÃO (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	19.890	18.205	9,26%
	1. Adições	4.632	3.308	40,02%
(+)	Contribuições	2.238	2.083	7,44%
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.192	1.225	78,94%
(+)	Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	202	-	-
	2. Destinações	(1.760)	(1.623)	8,44%
(-)	Benefícios	(1.722)	(1.551)	11,03%
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(35)	-100,00%
(-)	Custeio Administrativo	(38)	(37)	2,70%
	3. Acréscimo/Decréscimo do Ativo Líquido (1+2)	2.872	1.685	70,45%
(+/-)	Provisões Matemáticas	2.494	2.212	12,75%
(+/-)	Fundos Previdenciais	378	(527)	-171,73%
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	22.762	19.890	14,44%
	C) Fundos não Previdenciais	164	138	18,84%
(+/-)	Fundos Administrativos	164	138	18,84%

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis

Quadro 5 • Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Previdência Complementar – PPC (R\$ Mil)

DESCRIÇÃO	2015	2014	VARIÇÃO (%)
1. Ativos	1.055.825	971.818	8,64%
Disponível	31	368	-91,58%
Receível	38.800	39.587	-1,99%
Investimento	1.016.994	931.863	9,14%
Títulos Públicos	672.731	502.940	33,76%
Créditos Privados e Depósitos	126.181	167.398	-24,62%
Ações	65.131	98.447	-33,84%
Fundos de Investimento	123.358	132.096	-6,61%
Investimentos Imobiliários	9.016	8.919	100,00%
Empréstimos	20.306	21.808	-6,89%
Depósito Judiciais/Recursais	271	251	7,97%
Outros Realizáveis	-	4	-100,00%
2. Obrigações	17.029	7.217	135,96%
Operacional	1.518	6.751	-77,51%
Contingencial	15.511	466	3.228,54%
3. Fundos não Previdenciais	40.307	40.625	-0,78%
Fundos Administrativos	36.267	37.073	-2,17%
Fundos dos Investimentos	4.040	3.552	13,74%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	998.489	923.976	8,06%
Provisões Matemáticas	931.189	784.887	18,64%
Déficit Técnico do Exercício Acumulado	(199.841)	(138.207)	44,60%
Fundos Previdenciais	267.141	277.296	-3,66%
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Resultado Realizado	(199.841)	(138.207)	44,60%
a.2) (-) Déficit Técnico Acumulado	(199.841)	(138.207)	44,60%
b) Ajuste de Precificação	91.096	64.613	40,99%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado (a + b)	(108.745)	(73.594)	47,76%

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis

Quadro 6 • Demonstração do Ativo Líquido do Plano FIPECqPREV (R\$ Mil)

DESCRIÇÃO	2015	2014	VARIÇÃO (%)
1. Ativos	23.100	20.443	13,00%
Disponível	7	87	-91,95%
Recebível	164	138	18,84%
Investimentos	22.929	20.218	13,41%
Títulos Públicos	13.667	6.785	101,43%
Ações	1.456	2.020	-27,92%
Fundos de Investimentos	7.794	11.401	-31,64%
Depósitos Judiciais/Recursais	12	12	0,00%
2. Obrigações	175	415	-57,83%
Operacional	105	144	-27,08%
Contingencial	70	271	-74,17%
3. Fundos não Previdenciais	163	138	18,12%
Fundos Administrativos	163	138	18,12%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	22.762	19.890	14,44%
Provisões Matemáticas	20.835	18.341	13,60%
Fundos Previdenciais	1.927	1.549	24,40%

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis

Quadro 7 • Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - PGA (Consolidada) (R\$ Mil)

DESCRIÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	37.210	38.367	-3,02%
1. Custeio da Gestão Administrativa	10.004	9.397	6,46%
1.1 Receitas	10.004	9.397	6,46%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.903	2.666	8,89%
Custeio Administrativo dos Investimentos	3.963	4.377	-9,46%
Taxa de Administração de Empréstimos	22	33	-33,33%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	2.832	2.288	23,78%
Outras Receitas	284	33	760,61%
2. Despesas Administrativas	10.784	10.554	2,18%
2.1. Administração Previdencial	5.279	5.150	2,50%
Pessoal e Encargos	3.401	3.487	-2,47%
Treinamento/Congressos e Seminários	27	22	22,73%
Viagens e Estadias	76	134	-43,28%
Serviços de Terceiros	451	391	15,35%
Despesas Gerais	971	764	27,09%
Depreciação e Amortizações	48	64	-25,00%
Contingências	282	288	-2,08%
Outras Despesas	23	-	100,00%
2.2. Administração dos Investimentos	5.505	5.404	1,87%
Pessoal e Encargos	3.678	3.689	-0,30%
Treinamento/Congressos e Seminários	46	17	170,59%
Viagens e Estadias	72	109	-33,94%
Serviços de Terceiros	374	450	-16,89%
Despesas Gerais	1.002	787	27,32%
Depreciação e Amortizações	48	64	-25,00%
Contingências	281	288	-2,43%
Outras Despesas	4	-	100,00%
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	(780)	(1.157)	-32,58%
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	(780)	(1.157)	-32,58%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+4+5)	36.430	37.210	-2,10%

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis

Quadro 8 • Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Previdência Complementar - PPC (R\$ Mil)

DESCRIÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	1.019.558	934.747	9,07%
1. Provisões Matemáticas	931.189	784.887	18,64%
1.1 Benefícios Concedidos	361.713	306.189	18,13%
Benefício Definido	361.713	306.189	18,13%
1.2 Benefício a Conceder	569.476	478.698	18,96%
Benefício Definido	569.476	478.698	18,96%
2. Equilíbrio Técnico	(199.841)	(138.207)	44,60%
2.1 Resultados Realizados	(199.841)	(138.207)	44,60%
(-) Déficit Técnico Acumulado	(199.841)	(138.207)	44,60%
3. Fundos	271.181	280.848	-3,44%
3.1 Fundos Previdenciais	267.141	277.296	-3,66%
3.2 Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	4.040	3.552	13,74%
4. Exigível Operacional	1.518	6.751	-77,51%
4.1 Gestão Previdencial	1.370	2.441	-43,88%
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	148	4.310	-96,57%
5. Exigível Contingencial	15.511	468	3.214,32%
5.1 Gestão Previdencial	15.230	209	7.187,08%
5.2 Investimentos - Gestão Previdencial	281	259	8,49%

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis

Quadro 9 • Demonstração das Provisões Técnicas do Plano FIPECqPREV (R\$ Mil)

DESCRIÇÃO	2015	2014	VARIÇÃO(%)
Provisões Técnicas (1+3+4+5)	22.937	20.305	12,96%
1. Provisões Matemáticas	20.835	18.341	13,60%
1.1 Benefícios Concedidos	7.569	7.101	6,59%
Benefício Definido	7.569	7.101	6,59%
1.2 Benefício a Conceder	13.266	11.240	18,02%
Contribuição Definida	13.266	11.240	18,02%
Saldo de Contas - parcela participantes	13.266	11.240	18,02%
3. Fundos	1.927	1.549	24,40%
3.1 Fundos Previdenciais	1.927	1.549	24,40%
4. Exigível Operacional	105	144	-27,08%
4.1 Gestão Previdencial	105	144	-27,08%
5. Exigível Contingencial	70	271	-74,17%
5.1 Gestão Previdencial	58	259	-77,61%
5.2 Investimentos - Gestão Previdencial	12	12	0,00%

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014

1. Contexto Operacional

A **FIPECq** - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da Finep, do Ipea, do CNPq, do INPE e do INPA (“**FIPECq**” ou “Fundação”) é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, multipatrocinada, sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Fundação, conforme Portaria MPAS nº 1566 de 18 de maio de 1977, publicada no Diário Oficial da União em 31/05/1979. A Fundação iniciou suas atividades em 1979, e tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários, acessíveis aos servidores e/ou empregados das Patrocinadoras e/ou Instituidora e aos do seu próprio quadro de empregados. É regida pelas Leis Complementares nºs 108 e 109, de 29.05.2001, Decretos e Normas regulamentadores aplicáveis.

A **FIPECq** administra dois planos de benefícios, sendo:

- PPC – Plano de Previdência Complementar, multipatrocinado na modalidade de Benefício Definido – BD, inscrito no Cadastro Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 1979001618, que tem como Patrocinadoras:

- Finep - Financiadora de Estudos e Projetos
- Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
- INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
- **FIPECq** - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da Finep, do Ipea, do CNPq, do INPE e do INPA.
- **FIPECqPREV** - instituído pela Caixa de Assistência Social da **FIPECq** – **FIPECq** Vida, na modalidade de Contribuição Definida, inscrito no Cadastro Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 2006002929.

Os recursos administrados pela **FIPECq** são oriundos das contribuições das Patrocinadoras, dos Participantes ativos e assistidos, dos Autopatrocinados e dos rendimentos das aplicações desses recursos, conforme estabelece a legislação vigente.

A **FIPECq** possuía, em 31 de dezembro, as seguintes quantidades de Participantes:

	31/12/2015			31/12/2014		
	PPC	FIPECqPREV	TOTAL	PPC	FIPECqPREV	TOTAL
Ativos	641	1.313	1.954	650	1.385	2.035
Autopatrocinados	15	6	21	22	7	29
Assistidos	367	12	379	350	11	361
TOTAL	1.023	1.331	2.354	1.022	1.403	2.425

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis da Fundação foram elaboradas em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e supervisionadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e o Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, publicaram normas com procedimentos contábeis para as EFPC, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2010, cabendo ressaltar as seguintes matérias:

I - Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002 - estabelece critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários das entidades fechadas de previdência complementar;

II - Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, - divulga a Planificação Contábil Padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações contábeis, e normas gerais de procedimentos contábeis;

III – Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 - estabelece normas específicas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, define a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis, e dá outras providências;

IV – Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NTB 11 e estabelece critérios e procedimentos específicos para estruturação das demonstrações contábeis, para registro das operações e variações patrimoniais, bem como para o conteúdo mínimo das notas explicativas a serem adotadas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC).

As normas contábeis aplicáveis às EFPC preveem a apresentação dos seguintes demonstrativos contábeis:

I - Balanço Patrimonial (consolidado);

II - Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada);

III - Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (por plano de benefício previdencial);

IV - Demonstração do Ativo Líquido – DAL (por plano de benefício previdencial);

V - Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada);

VI - Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT (por plano de benefício previdencial);

VII - Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis (consolidadas).

As demonstrações contábeis são expressas em moeda corrente (Reais) mil e de forma comparativa com o exercício anterior, na data de 31 de dezembro de cada exercício.

A estrutura contábil das EFPC's segrega os registros contábeis em: Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Investimentos.

Os registros contábeis respeitam a autonomia patrimonial dos planos de benefícios previdenciais, de modo a identific -los, separadamente, bem como o plano de gestão administrativa, em consonância com o que determinam a Resolução do CNPC nº 8, de 31.10.2011, a Instrução SPC de 24 de setembro de 2009 e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272 de 22 de janeiro de 2010.

O exercício social coincide com o ano civil. Os registros contábeis seguem o Princípio da Competência para registro das Receitas e Despesas, excetuando-se as Receitas decorrentes de recebimento de contribuições de autopatrocinados e de Participantes do plano de benefícios insti-

tuído – FIPECqPREV, que se encontram registradas pelo regime de caixa, conforme permitido pela Resolução CNPC nº 8/2011.

As principais práticas contábeis são:

2.1. Realizável

Os ativos previdenciais, administrativos e de investimentos, são apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos auferidos até a data do balanço.

2.1.1 – Investimentos

Os recursos garantidores dos Planos de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa – PGA estão alocados em: Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos, Ações, Fundos de Investimentos, Investimentos Imobiliários, Empréstimos e Outros Realizáveis. A gestão dos investimentos é realizada por meio de segregação real dos ativos por planos de benefícios e PGA.

Os limites operacionais de aplicações dos recursos garantidores das provisões matemáticas, fundos e provisões passivas estão em conformidade com a Resolução nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional – CMN, de 24/09/2009 e alterações posteriores.

O registro contábil dos investimentos é efetuado por tipo de ativo, como segue:

- Títulos Públicos – São classificados na categoria de “títulos mantidos até o vencimento” e “títulos para negociação”, sendo que os “títulos mantidos até o vencimento” (96% da carteira) são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos de forma pro rata die até a data de encerramento do balanço. Para os “títulos para negociação” (4% da carteira), além da prática mencionada anteriormente, ainda são ajustados ao valor provável de realização na data do balanço, conforme a metodologia da curva de juros de mercado com base na ETTJ – Estrutura a Termo da Taxa de Juros divulgada

pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capital - ANBIMA.

- Créditos Privados e Depósitos – São classificados na categoria de “títulos para negociação”, sendo registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos de forma pro rata die até a data de encerramento do balanço e ajustados ao valor provável de realização na data do balanço, conforme precificação do título a mercado, sendo deduzidas, quando aplicável, das provisões para perdas. Os títulos em que não há metodologia de precificação a mercado na data de elaboração das Demonstrações Contábeis, são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos de forma pro rata die até a data de encerramento do balanço, sendo deduzidas, quando aplicável das provisões para perdas.

- Ações - As ações são registradas pelo custo de aquisição acrescido das despesas de corretagem e outras taxas, e avaliadas ao valor de mercado na data do balanço, considerando a cotação de fechamento do mercado no último dia do mês em que a ação foi negociada em Bolsa de Valores, conforme determina a Resolução CGPC nº 25, de 30 de junho de 2008.

- Fundos de Investimentos - Estão demonstrados pelo valor da cota patrimonial do fundo divulgada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), multiplicada pela quantidade de cotas pertencentes à Fundação em 31 de dezembro de cada ano.

- Investimentos imobiliários – Está avaliado pelo custo de aquisição, deduzida da depreciação calculada pelo método linear, à taxa correspondente ao tempo de vida útil econômica remanescente.

- Empréstimos - São contabilizados pelos valores dos empréstimos concedidos, acrescidos dos juros contratuais, deduzidos das parcelas já pagas até o encerramento do balanço e também das parcelas em inadimplências, que são absorvidas pelo Fundo dos Investimentos, assim, não sendo

requerida constituição de provisão para perda. A remuneração é calculada em bases mensais e apropriada às contas de resultado.

2.2 - Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa

Na constituição de provisão para perda de investimentos são consideradas as avaliações da Administração quanto a riscos e incertezas e, para Direitos creditórios de liquidação duvidosa, são observados os seguintes critérios estabelecidos no Anexo "A" da Instrução SPC nº 34, de 2009:

- I - 25% (vinte e cinco por cento), para atrasos entre 61 e 120 dias;
- II - 50% (cinquenta por cento), para atrasos entre 121 e 240 dias;
- III - 75% (setenta e cinco por cento), para atrasos entre 241 e 360 dias;
- IV - 100% (cem por cento), para atrasos superiores a 360 dias.

2.3 - Ativo Permanente

Os valores são demonstrados pelo custo de aquisição, depreciados ou amortizados pelo método linear, calculado de acordo com o prazo estimado de vida útil ou de amortização.

2.4 - Exigível Operacional

Está demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, de encargos e variações monetárias, e é representado por obrigações previdenciárias assumidas com os Assistidos, bem como compromissos administrativos e de investimentos.

2.5 - Exigível Contingencial

É representado por provisões constituídas em conformidade com a Resolução CFC nº 1.180, de 24 de julho de 2009 com base na avaliação dos assessores jurídicos. A Administração da **FIPECq**

entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes de processos administrativos ou judiciais.

2.6 - Provisões Matemáticas

São apuradas com base em cálculos atuariais procedidos por atuários externos. Representam os compromissos acumulados no encerramento de cada exercício, englobando os benefícios concedidos e a conceder aos Participantes Ativos e Assistidos. Os registros são efetuados levando-se em consideração as hipóteses atuariais do Plano de Benefício descritas na Nota explicativa nº 8.

2.7 - Equilíbrio Técnico

Representa o resultado financeiro apurado do plano de benefícios, que pode ser superavitário ou deficitário:

- Superávit técnico acumulado - Caso o Patrimônio de Cobertura do Plano se mostre superior à constituição das provisões matemáticas, o excesso financeiro é registrado como Superávit acumulado.
- Déficit técnico acumulado - Caso o Patrimônio de Cobertura do Plano se mostre inferior à constituição das provisões matemáticas, a insuficiência financeira é registrada como déficit. Em caso da ocorrência de déficit ajustado superior ao limite apurado conforme definido na Resolução CNPC nº 22/2015, deverá ser elaborado plano de equacionamento do déficit de imediato, conforme legislação em vigor. A Fundação está demonstrando a apuração do limite conforme legislação em vigor na Nota explicativa nº 10.

2.8 - Constituição de Fundos

- Fundos Previdenciais - Constituídos com base em avaliação atuarial e com destinação específica, conforme detalhado na Nota explicativa nº 11 a), de acordo com o art. 5º da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008.

- **Fundo Administrativo** - O Fundo administrativo destina-se à cobertura das despesas administrativas da EFPC na administração dos seus planos de benefícios.

- **Fundos dos Investimentos (Fundo de Seguro de Empréstimo / Financiamento)** - A constituição do Fundo de empréstimos/financiamentos destina-se à cobertura de risco de não recebimento temporário de parte dos créditos de empréstimos a Participantes e quitação do saldo remanescente no caso de óbito do participante mutuário.

2.9 - Custeio da Gestão Administrativa

A Resolução CGPC nº 29/2009 dispõe sobre os critérios e limites para custeio das despesas administrativas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC.

São fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas do plano de benefícios operado pela Fundação, segundo o regulamento do PGA, a dotação inicial oriunda do fundo administrativo, as contribuições dos Participantes e Assistidos, as contribuições dos patrocinadores e instituidores, caso ocorram, e o resultado dos investimentos e doações.

O limite de custeio administrativo, respeitando os limites estabelecidos pela regulamentação em vigor e de acordo com orçamento anual aprovado pelo Conselho Deliberativo para o exercício de 2015, foi de 0,69% (0,75% em 2014) do montante dos recursos garantidores (Investimentos + Disponível – exigível operacional dos investimentos - exigível contingencial dos investimentos), apurados por plano de benefício.

2.10 - Apuração do Superávit ou Déficit do Exercício

O superávit ou déficit do exercício é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

2.11 - Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem i) provisão para perda dos Investimentos, ii) vida útil remanescente do investimento imobiliário; iii) provisões contingenciais, iv) provisões matemáticas, v) fundos previdenciais e vi) fundo dos investimentos.

3. Realizável da Gestão Previdencial

	R\$ (mil)	
	2015	2014
Recursos a Receber -PPC (a)	2.438	2.308
Recursos a Receber - FIPECqPREV	1	-
Depósitos Judiciais/ Recursais	95	207
Custo Suplementar não Amortizado - PPC	46.441	40.991
(-) Provisão para perdas (b)	(46.441)	(40.991)
	2.534	2.514

(a) Os recursos a receber decorrem das contribuições normais devidas pelas Patrocinadoras e Participantes com vencimento previsto para recebimento no início do mês seguinte;

(b) A Fundação tem a receber de suas patrocinadoras Ipea, CNPq, INPE e INPA valores referentes ao custo suplementar às Reservas não Amortizadas dos Benefícios Concedidos (por tempo de contribuição, especial e idade) que deixaram de ser pagos quando da implementação do RJU – Regime

Jurídico Único. Este valor a receber foi apurado consoante parecer atuarial JM/1602/94 – emitido por Jessé Montello – Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda. Em exercícios anteriores, foi constituída provisão para fazer face ao eventual não recebimento desse valor que, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, é apresentado atualizado pela SELIC. Em 10/08/2005, a Fundação ingressou com Ação de Cobrança Judicial dos valores na Justiça Federal. A composição do saldo por patrocinadora é como segue:

CUSTO SUPLEMENTAR NÃO AMORTIZADO - PPC	R\$ (mil)	
	2015	2014
Ipea	22.605	19.952
CNPq	18.943	16.720
INPE	4.048	3.573
INPA	845	746
	46.441	40.991

4. Realizável da Gestão Administrativa

O saldo em 31 de dezembro é assim demonstrado:

	R\$ (mil)	
	2015	2014
Contribuições para custeio	416	401
Responsabilidade de empregados	26	23
Responsabilidade de terceiros	9	4
Despesas Antecipadas	69	115
Outros realizáveis	68	68
Depósitos Judiciais/Recursais (a)	8.852	8.796
	9.440	9.407

(a) O saldo refere-se substancialmente aos valores depositados mensalmente em função da apuração do PIS e COFINS, registrados até dezembro/2014. A Fundação está em discussão judicial sobre a apuração de tais tributos, para os quais constituiu provisão no passivo conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7. (b) Tendo

em vista a entrada em vigor da Lei nº 12.973/14 a partir de 2015, a Fundação passou a recolher tais tributos diretamente aos cofres públicos, conforme recomendação dos seus assessores jurídicos, por entender que os fatos geradores ocorridos após a entrada em vigor da Lei não seriam passíveis de discussão.

5. Realizável dos Investimentos

As carteiras de investimentos dos Planos de Benefícios: PPC, FIPECqPREV e PGA são constituídas das aplicações em: títulos públicos, créditos

privados e depósitos, ações, fundos de investimentos, imóveis, empréstimos e outros realizáveis, conforme demonstrado a seguir:

INVESTIMENTOS	PLANO PPC		FIPECqPREV		PLANO PGA		CONSOLIDADO			
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015		2014	
	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	(%)	R\$ Mil	(%)
Títulos Públicos	672.731	502.940	13.667	6.785	25.261	20.314	711.659	66,11	530.039	53,58
Créditos Privados e Depósito	126.181	167.398	-	-	-	-	126.181	11,72	167.398	16,92
Ações	65.131	98.447	1.456	2.020	3.481	4.991	70.068	6,51	105.458	10,66
Fundos de Investimentos	123.358	132.096	7.794	11.401	7.655	11.878	138.807	12,89	155.375	15,71
Investimentos Imobiliários	9.016	8.919	-	-	-	-	9.016	0,84	8.919	0,90
Empréstimos	20.306	21.808	-	-	-	-	20.306	1,89	21.808	2,20
Depósitos Judiciais/Recursois	271	251	12	12	-	-	283	0,03	263	0,03
Outros Realizáveis	-	4	-	-	134	-	134	0,01	4	0,00
Total dos Investimentos	1.016.994	931.863	22.929	20.218	36.531	37.183	1.076.454	100,00	989.264	100

a) Títulos Públicos

As aplicações em títulos públicos da carteira própria da **FIPECq** são compostas exclusivamente por Notas do Tesouro Nacional, sendo 258.800 NTN-B, no valor de R\$ 711.659 mil em dezembro de 2015 (R\$ 530.039 mil – 31/12/2014), corres-

pondendo a 66,11% da carteira total, cabendo R\$ 672.731 mil ao plano PPC, R\$ 13.667 mil ao plano FIPECqPREV e R\$ 25.261 mil ao PGA. Uma composição do saldo por vencimento do papel é assim apresentado:

INVESTIMENTOS	PLANO PPC		FIPECqPREV		PLANO PGA		CONSOLIDADO			
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015		2014	
	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	(%)	R\$ Mil	(%)
NTN-B- 15/08/2016	9.855	-	2.534	-	1.690	-	14.079	1,98	-	-
NTN-B- 15/05/2017	26.102	23.838	498	447	1.212	1.107	27.803	3,91	25.392	4,79
NTN-B- 15/08/2018	22.346	-	3.631	-	1.955	-	27.932	3,92	-	-
NTN-B- 15/05/2019	28.237	25.604	-	-	-	-	28.237	3,97	25.604	4,83
NTN-B- 15/08/2022	192.393	173.799	-	-	20.404	19.207	212.797	29,90	193.006	36,41
NTN-B- 15/08/2030	21.035	19.014	7.013	6.338	-	-	28.048	3,94	25.352	4,78
NTN-B- 15/05/2035	58.730	38.595	-	-	-	-	58.730	8,25	38.595	7,28
NTN-B- 15/08/2040	27.723	25.061	-	-	-	-	27.723	3,90	25.061	4,73
NTN-B- 15/08/2045	39.901	-	-	-	-	-	39.901	5,61	-	-
NTN-B- 15/08/2050	217.938	197.029	-	-	-	-	217.938	30,62	-	37,17
NTN-B- 15/05/2055	28.471	-	-	-	-	-	28.471	4,00	-	-
Total	672.731	502.940	13.667	6.785	25.261	20.314	711.659	100,00	530.039	100,00

Do total das NTN-B's do Plano PPC, somente aquela com vencimento em 15/05/2017 no valor de R\$ 26.102 mil foi classificada na categoria de "títulos para negociação" e, conseqüentemente, precificados a valor de mercado na data do balanço. Os demais títulos com vencimento entre 2016 a 2055 no valor de R\$ 646.629 mil foram classificados na categoria de "títulos mantidos até o vencimento" e precificados na curva do papel e foram alvo de ajuste de precificação, nos critérios da Resolução CNPC nº 16/2014, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 10.

No exercício de 2015 foram compradas 47.800 NTN-Bs no valor de R\$120.256 mil. Foram adquiridos 44.300 títulos no valor de R\$ 111.083 mil para o plano PPC, 2.200 títulos, no valor de R\$ 5.764 mil para o plano FIPECqPREV e 1.300 títu-

los, no valor de R\$ 3.409 mil para o plano PGA, todos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

No exercício de 2015 foram recebidos R\$ 37.123 mil de juros relativos às NTN-B's, cabendo R\$ 35.202 mil ao plano PPC, R\$ 589 mil ao plano FIPECqPREV e R\$ 1.332 mil ao plano PGA. O recebimento de juros é semestral. Para os títulos com vencimentos em 2017, 2019, 2035, 2045, 2055 é realizado nos meses de maio e novembro e para os títulos com vencimentos em 2016, 2018, 2022, 2030, 2040 e 2050 em fevereiro e agosto. A receita de juros dos títulos públicos, no exercício, foi de R\$ 98.487 mil, correspondendo a 91% da receita total dos investimentos, sendo R\$93.909 mil do plano PPC, R\$ 1.707 mil do plano FIPECqPREV e R\$ 2.871 mil do plano PGA.

b) Créditos Privados e Depósitos

	PLANO PPC			
	2015		2014	
	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%
Instituições Financeiras	106.911	84,73	143.836	85,92
DPGE/FGC-Deposito Prazo C/ Garantia	79.123	62,71	105.713	63,15
LF- Letra Financeira	27.788	22,02	38.123	22,77
Companhias Abertas	19.270	15,27	23.191	13,85
DNC - Dbênture não Conversível	12.179	9,65	11.102	6,63
CCB - Cedula de Credito Bancário	7.091	5,62	12.089	7,22
Companhias Fechadas	-	-	371	0,22
CCB - Cedula de Crédito Bancário	-	-	371	0,22
	126.181	100	167.398	100

Os ativos desta modalidade pertencem à carteira do plano PPC. Os investimentos em Créditos Privados e Depósitos estão alocados em títulos de emissão de Instituições Financeiras, Companhias Abertas totalizando R\$ 126.181 mil em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 167.398 mil – 31/12/2014). As aplicações em Instituições Financeiras, DPGE e LF, totalizaram R\$ 106.911 mil, correspondendo a 84,73%, e em Créditos Privados, Debêntures e CCB, o valor de R\$19.270 mil, com a participação de 15,27%.

As alocações em Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGEs, títulos indexados ao IPCA/IBGE, emitidos por Instituições Financeiras, atingiram R\$ 79.123 mil, representando 62,71% da carteira de créditos e depósitos. Esses depósitos têm garantia especial do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), que é uma entidade privada, sem fins lucrativos, destinada a administrar mecanismo de proteção a titulares de créditos contra instituições financeiras até valor máximo de R\$ 20.000 mil.

Os demais ativos somaram R\$ 47.058 mil e encontravam alocados em Letras Financeiras – LF (R\$ 27.788 mil), de emissão de Bancos, Debêntures Não Conversíveis – DNC (R\$ 12.179 mil) e Cédulas de Crédito Bancário – CCB (R\$ 7.091 mil), emitidas por Companhias Abertas. As aplicações são indexadas ao IPCA/IBGE.

A redução do saldo em 2015 em comparação ao ano anterior se deve ao vencimento de 2 (dois) DPGE's em 2015 no valor total de R\$ 44.481.

c) Ações

Em 31/12/2015, a carteira de ações alcançou R\$ 70.068 mil (R\$105.458 em 31/12/14) e está constituída pelos investimentos no Mercado de Ações - à Vista (R\$ 69.413 mil), Dividendos e Juros de Capitais a receber (R\$ 655 mil). A carteira do plano PPC atingiu R\$ 65.132 mil, do FIPECqPREV R\$ 1.456 mil e do PGA R\$ 3.480 mil.

O Mercado de Ações à Vista abriga papéis de diversas empresas. Destacam-se as de maior volume financeiro e participação na carteira: ItaúUnibanco/PN R\$ 14.173 mil (20,24%), BRF/ON R\$ 13.617 mil (19,44%), AMBEV/ON R\$ 11.870 mil (16,95%), Bradesco/PN R\$ 10.549 mil (15,06%).

d) Fundos de Investimento

As aplicações em Fundos de Investimentos alcançaram R\$ 138.807 mil, representando 12,90% dos investimentos administrados pela Fundação: PPC em R\$ 123.358 mil, do FIPECqPREV R\$ 7.794 mil e do PGA R\$ 7.655 mil.

O decréscimo no saldo da carteira, em 2015, foi devido à desvalorização das cotações das ações na bolsa de valores, assim como pelas vendas realizadas no período. As compras de ações atingiram R\$ 15.942 mil. O maior volume financeiro foi destinado à aquisição de ações da Ambev/ON (R\$ 11.950 mil), seguido das ações M.Dias Branco/ON (R\$ 3.992 mil). As vendas de ações alcançaram R\$ 29.397 mil, e os papéis mais negociados foram ItaúUnibanco/PN (R\$ 5.012 mil), Vale/PNA (R\$ 4.971 mil), Petrobrás/PN (R\$ 4.051 mil), BB/ON (R\$ 4.092 mil), Bradesco/PN (R\$ 3.339 mil), BMFBovespa/ON (R\$ 3.138 mil) Júlio Simões/ON (R\$ 2.105 mil), lochp-Maxion/ON (R\$ 1.305 mil), AES Tiete (R\$ 761 mil) e Mills/ON (R\$ 623 mil). As operações de venda das ações da Vale/PNA referem-se à reversão das operações de venda de opções, em maio de 2015. No exercício de 2015 foram recebidos de dividendos e juros de capital o valor de R\$ 2.756 mil.

Permanece registrado em provisão para perdas o montante de R\$ 1.314 mil, correspondente ao valor contábil das ações do Banco Cruzeiro do Sul de R\$ 1.245 mil e da empresa Gazeta Mercantil S.A de R\$ 69 mil.

As aplicações se encontram distribuídas nas seguintes espécies de fundos: Referenciados, Renda Fixa, Ações, Multimercado, Direitos Creditórios, Participações e Imobiliário. A composição do saldo por Fundo de Investimento pode ser assim demonstrada:

FUNDOS	PLANO PPC		PLANO FIPECQPREV		PLANO PGA		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Referenciados	12.328	5	1.513	7.570	1.365	853	15.206	8.428
Renda Fixa	48.445	45.361	3.183	2.578	1.926	7.306	53.554	55.245
Ações	8.660	43.629	60	1.251	149	2.448	8.869	47.328
Multimercado	30.015	6.369	3.038	2	4.215	615	37.268	6.986
Diretos Creditórios	381	8.958	-	-	-	656	381	9.614
Participações	21.033	24.709	-	-	-	-	21.033	24.709
Imobiliário	2.496	3.065	-	-	-	-	2.496	3.065
Total	123.358	133.827	7.794	11.401	7.655	11.878	138.807	155.375

A redução do saldo em 2015 em comparação ao ano anterior foi consequência da estratégia adotada pela Entidade de reduzir a sua exposição ao mercado de ações, como consequência do cenário econômico nacional.

Permanece registrado em provisão para perdas o montante de R\$ 211 mil, correspondente ao valor das cotas do Fundo Patriarca *Private Equity FIP*.

e) Investimentos Imobiliários

O saldo de R\$ 9.016 mil em 31/12/15 (R\$ 8.919 mil em 31/12/14) corresponde ao imóvel localizado no Centro Empresarial Varig-Brasília/DF, com área privativa de 604,86 m², idade aparente de 10 anos na data da compra, representado por 01 (uma) sala e 15 (quinze) vagas de garagens, foi adquirido em novembro de 2013 por meio de leilão público judicial, no valor de R\$ 8.901 mil. O custo total do imóvel, incluída a arrematação, comissão do leiloeiro e pagamento de ITBI, foi de R\$ 9.073 mil.

No exercício de 2015, foi incorporado ao custo do imóvel os gastos com benfeitorias de R\$ 300 mil, com o objetivo de adequar a área para locação **FIPECq**, que ocupa em torno de 60% da área, e os 40% restantes a outra empresa.

O imóvel, no final do exercício de 2015, correspondia a 0,89% (R\$ 9.016 mil) dos recursos do

Plano PPC e encontra-se classificado para aluguel e renda. No ano de 2015, a depreciação foi de R\$ 210 mil, enquanto os aluguéis recebidos foram de R\$ 465 mil.

f) Empréstimos

O saldo da carteira de Empréstimos do Plano PPC, em 31 de dezembro de 2015, era de R\$ 20.306 mil (R\$ 21.808 mil – 31/12/2014), com a participação de 1,89 % dos Investimentos.

A redução do saldo dos empréstimos, em 2015, foi principalmente devida às amortizações mensais e vencimentos de empréstimos dos ex-participantes do Plano de Previdência Especial – PPE (encerrado em janeiro/2011).

A Fundação mantém constituído um Fundo de Investimentos – Operações com Participantes destinado a quitação do saldo devedor de empréstimo no caso de morte do mutuário, bem como cobrir a inadimplência temporária em decorrência do não recebimento das parcelas dos empréstimos.

O saldo do Fundo dos Investimentos, em 31 de dezembro de 2015, era de R\$ 4.040 mil (R\$ 3.552 mil – 31/12/2014), correspondendo 19,90% da carteira de empréstimos (16,29% – 31/12/2014).

g) Provisões para perdas dos investimentos

Em 31 de dezembro de 2015, encontra-se registrado o valor de R\$ 54.784 mil (R\$ 55.316 mil – 31/12/2014) em provisões para perdas a valor original, que atualizados pelo índice de correção e juros do TJDF, alcança R\$ 130.898 mil (R\$ 114.932 mil – 31/12/2014).

As provisões concentram-se substancialmente no Plano PPC, no valor original de R\$ 54.708 mil e podem ser assim demonstradas:

ESPÉCIE	EMITENTE	DATA DA CONSTITUIÇÃO	R\$ (mil)		
			VALOR ORIGINAL	PLANO PPC	
				VALOR ATUALIZADO	
			2015	2014	
CDB	BANCO SANTOS S/A	17/06/05	8.166	33.480	28.576
Debêntures	ENCOL S/A - Indústria e Construção	29/01/02	1.823	12.264	10.558
Debêntures	CREFISUL Leasing S/A - Arrendamento Mercantil	06/01/03	636	3.560	3.058
Debêntures	PROCID Participações e Negócios S/A	10/01/05	4.161	18.030	15.408
CCB	FLASHBEL Comercial Cosméticos Ltda	25/08/15	3.340	3.371	8.158
CCB	SAMCIL Pró Saúde	31/05/11	8.152	17.219	14.323
CCB	DIPLOMATA S/A Industrial e Comercial	31/12/12	2.627	4.483	3.686
CCB	CANGURU S/A Ind. e Com. de Prod. Plásticos	31/01/15	1.422	1.756	1.032
CCI	M BRASIL Empreendimentos Marketing e Neg.	01/06/11	7.592	15.946	13.264
CCI	RSEB - Real Espanhola Beneficencia	31/12/14	15.362	19.264	15.363
FIP	FIP Patriarca Private Equity	31/10/14	189	211	192
Ações	Gazeta Mercantil	31/08/99	69	69	69
Ações	Banco Cruzeiro do Sul - PN	30/11/12	1.169	1.169	1.169
		Total	54.708	130.822	114.856

Os valores foram provisionados conforme a Instrução Normativa nº 34/2009 da PREVIC. A Fundação vem tomando as medidas cabíveis

para a recuperação dos créditos relativos aos ativos acima mencionados, sejam elas judiciais e/ou administrativas.

6. Exigível Operacional

Neste grupo estão registrados os compromissos a pagar com saldo de R\$ 2.262 mil em 31/12/2015, (R\$ 7.932 mil – 31/12/2014), como segue:

a) Gestão Previdencial

Os compromissos do Plano PPC aqui relacionados em sua maioria ao provisionamento de Auxílio Doença e retenções a recolher:

	2015				2014			
	PPC	FIPECqPREV	PBS	TOTAL	PPC	FIPECqPREV	PBS	TOTAL
Aposentadoria e Pensões	23	2	-	25	1.361	-	-	1.361
Abono Anual	48	-	8	56	40	-	8	48
Pecúlio a Pagar	218	12	-	230	261	-	12	273
Auxílio Doença	416	-	-	416	415	-	-	415
Retenções a Recolher	464	17	-	481	336	9	-	345
Outras Exigibilidades	1	69	-	70	-	48	-	48
	1.170	100	8	1.278	2.413	57	20	2.490

b) Gestão Administrativa

Os compromissos aqui relacionados correspondem aos gastos e provisões com pessoal e encargos sociais, além de outras exigibilidades:

	R\$ (mil)	
	2015	2014
Pessoal e Encargos - Provisão de Férias	485	565
Credores Diversos	57	-
Encargos e Retenções a Recolher	229	302
Tributos a Recolher	57	-
	828	867

c) Investimentos

O saldo em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é assim apresentado:

	R\$ (mil)	
	2015	2014
Derivativos	-	4.548
Operações com Participantes	8	14
Outras Exigibilidades	148	11
	156	4.573

Em maio de 2015, foram revertidas as operações de venda de opções de compra (call) e venda de opções de venda (put) de Vale/PNA, saldo de

R\$ 4.548 mil em 31/12/2014, e encerrada a posição no segmento de derivativos.

7. Exigível Contingencial

Registra o montante das provisões contingenciais decorrentes de ações judiciais ou administrativas passivas mantidas contra a Fundação. Com base em manifestações dos assessores jurídicos, interno e externos, a **FIPECq** entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes de processos administrativos ou judiciais.

O registro da provisão é efetivado no Passivo dos planos em contrapartida da despesa que lhe deu origem e os depósitos judiciais ou recursais estão registrados no ativo "Realizável", de acordo com a origem de cada ação.

a) Gestão Previdencial

O saldo é composto da seguinte forma:

	R\$ (mil)	
	2015	2014
Expurgo inflacionário (i)	-	103
Complementação de benefício (ii)	15.263	79
Resgate de contribuição (iii)	-	259
Outros	25	25
	15.288	466

i. Expurgo Inflacionário – processos movidos por ex-participantes do Plano de Previdência Complementar - PPC que requerem diferenças de correção monetária dos Planos Collor e Verão, por entenderem que esta deve incidir sobre as reservas de poupança resgatadas pelos mesmos, quando do desligamento da Fundação. Em 2015, a Fundação teve seu último processo contingenciado, relacionado a expurgos inflacionários encerrado, com uma perda de R\$ 65 mil e reversão de R\$ 38 mil.

ii. Complementação de Benefícios – processos movidos por participantes do Plano de Previdên-

cia Complementar - PPC, na Justiça do Trabalho, pleiteando concessão de benefício de complementação de aposentaria sem desligamento da Patrocinadora. A diferença de valores em relação às provisões realizadas no exercício de 2014 para aquelas realizadas no exercício de 2015 decorre de revisão da estimativa do montante em risco relacionadas a estas causas.

iii. Resgate de Contribuições – questionamento de ex-participantes do Plano de Previdência Especial - PPE, extinto em janeiro de 2011, que foi incorporado pelo FIPECqPREV. O processo foi encerrado com a liquidação da obrigação em 2015.

b) Gestão Administrativa

O saldo é composto da seguinte forma:

	R\$ (mil)	
	2015	2014
PIS e COFINS (i)	8.562	8.561
IRRF (ii)	210	210
Trabalhista	584	-
Outros	-	21
	9.356	8.792

i. PIS e COFINS - refere-se a contencioso judicial contra a União por interpretação diversa no “modus operandi” da base de cálculo de PIS e COFINS que resulta em valores a recolher prejudiciais à Fundação.

ii. IRRF - refere-se à contingência fiscal relativa à DCTF/IRRF, sendo que a matéria discutida tem origem nos anos de 1994/1995.

c) Passivo Contingente

A Fundação é parte em ações judiciais, cujo desfecho desfavorável, na avaliação dos assessores jurídicos, é considerado como possível e para os quais não há provisão constituída por não atenderem aos

critérios de reconhecimento nos termos da Resolução CFC 1.180/2009. Tais ações referem-se, substancialmente, a ações de indenização e revisão de aposentadoria, não envolvendo valores relevantes.

d) Contingencias Ativas

A Fundação é autora de ações judiciais que poderão gerar, no futuro, a entrada de benefícios econômicos. As principais ações referem-se à recuperação de investimentos, tais como

empréstimos a participantes e ativos provisionados para perdas demonstrados na Nota Explicativa nº 5 f).

8. Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas foram constituídas com base em cálculos atuariais e representam os compromissos da Fundação no encerramento do período relacionado aos benefícios concedidos e a conceder de cada Plano.

As Provisões matemáticas são segregadas por plano de benefícios previdenciais e compostas como segue:

	R\$ (mil)	
	2015	2014
Benefícios Concedidos		
Benefícios do Plano	369.282	313.290
Plano de Previdência Complementar - PPC	361.713	306.189
Plano Instituído	7.569	7.101
Benefícios a Conceder	582.742	489.938
Benefícios do Plano com a Geração Atual	582.742	489.938
Contribuição Definida	13.266	11.240
Plano Instituído FIPECqPREV	13.266	11.240
Benefícios Definidos	569.476	478.698
Plano de Previdência Complementar - PPC	569.476	478.698
	952.024	803.228

As Reservas de Benefícios Concedidos referem-se à cobertura dos compromissos da Fundação com as suplementações de benefícios previdenciais já concedidos aos assistidos ou beneficiários em gozo de prestação continuada.

-se aos compromissos futuros da Fundação com os participantes ativos que ainda não adquiriram o direito à percepção de tais benefícios e com aqueles que já adquiriram esse direito, mas não o exerceram. A seguir, é apresentada a composição das provisões matemáticas por Plano e Patrocinadora:

As Reservas de Benefícios a Conceder referem-

PATROCINADORA	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS		BENEFÍCIOS A CONCEDER		TOTAL	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
PPC	361.713	306.189	569.476	478.698	931.189	784.887
Finep	310.635	262.893	527.713	431.381	838.348	694.274
Ipea	10.682	10.038	-	-	10.682	10.038
CNPq	13.417	12.610	7.911	7.044	21.328	19.654
INPE	7.327	5.025	1.332	3.088	8.659	8.113
INPA	638	628	-	-	638	628
FIPECq	19.014	14.995	19.732	17.972	38.746	32.967
AUTOFINANCIADOS	-	-	12.788	19.213	12.788	19.213
FIPECqPREV (a)	7.569	7.101	13.266	11.240	20.835	18.341
TOTAL DAS RESERVAS	369.282	313.290	582.742	489.938	952.024	803.228

(a) O saldo de Benefícios concedidos refere-se a de participantes do Plano PPE, incorporado pelo FIPECqPREV em 2011

Os Planos Previdenciais foram avaliados por Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., com sede no Rio de Janeiro. A avaliação atuarial foi efetuada com base no ca-

dstro dos participantes do mês de outubro de 2015. Um detalhamento das principais premissas e hipóteses atuariais utilizadas na avaliação de cada plano é assim apresentado:

a) Plano de Previdência Complementar - PPC

PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PPC		
HIPÓTESES	31/ 12/ 2015	31/ 12/ 2014
Taxa de mortalidade geral	AT-2000 (masculina) suavizada em 10% e desagravada em 1(um) ano	AT-2000 (masculina) suavizada em 10% e desagravada em 1(um) ano
Tábua de mortalidade dos inválidos	AT-83 (masculina)	AT-83 (masculina)
Tábua de entrada em invalidez	Light (fraca)	Light (fraca)
Rotatividade	Nula	Nula
Taxa real de juros/ desconto	5%	5%
Projeção de crescimento de salários	2,82% ao ano	2,28% ao ano
Composição familiar	Família efetiva e a Composição de Família relativa à Experiência FIPECq	Família efetiva e a Composição de Família relativa à Experiência FIPECq
Indexador do plano	INPC do IBGE (aplicado com 1 mês de defasagem).	INPC do IBGE (aplicado com 1 mês de defasagem).

b) FIPECqPREV

Pelo fato de existir uma massa de participantes com características de Benefício Definido no

plano FIPECqPREV, há também para este plano descrição das hipóteses atuariais, como segue:

PLANO FIPECqPREV		
HIPÓTESES	31/ 12/ 2015	31/ 12/ 2014
Taxa de mortalidade geral	AT-2000 (masculina) suavizada em 10% e desagravada em 1 (um) ano	AT-2000 (masculina) suavizada em 10% e desagravada em 1 (um) ano
Tábua de mortalidade dos inválidos	AT-83 (masculina)	AT-83 (masculina)
Rotatividade	Nula	Nula
Taxa real de juros/ desconto	5%	5%
Composição familiar	Família efetiva para os assistidos em gozo de benefício de aposentadoria e de pensão por morte.	Família efetiva para os assistidos em gozo de benefício de aposentadoria e de pensão por morte.
Indexador do plano	INPC do IBGE (aplicado com 1 mês de defasagem).	INPC do IBGE (aplicado com 1 mês de defasagem).

9. Equilíbrio Técnico

O Déficit acumulado no exercício de 2014, de R\$ 138.207 mil, somado ao déficit do exercício de 2015, de R\$ 61.634 mil, resultou em um déficit acumulado em 2015 de R\$ 199.841 mil.

Podemos compor o resultado técnico acumulado do Plano PPC e FIPECqPREV em função das alterações nas hipóteses atuariais, descritas na Nota Explicativa nº 8, realizadas para 31/12/2015, e por outros assuntos, como segue:

a) Plano de Previdência Complementar - PPC

DESCRIÇÃO DO ASSUNTO	R\$ (mil)
Déficit Técnico Acumulado existente em 31/ 12/ 2014	(138.208)
Atualização do déficit técnico acumulado de 31/ 12/ 2014 pela meta atuarial de 2015 (138.207.482,26 x 16,84%)	(23.274)
Perda Financeira estimada no Patrimônio de Cobertura do Plano em função dos investimentos não terem alcançado a meta atuarial em 2015.	(10.596)
Adoção de uma projeção de crescimento real de salários anual melhor ajustada à situação dos participantes não assistidos	(19.946)
Perda Atuarial decorrente do Salário Real de Benefícios ter, em 2015, aumentado em 5,17% ultrapassando os 2,28% projetados, com base na hipótese atuarial adotada	(9.706)
Outros fatores pulverizados e de origens diversas	1.889
Resultado Técnico Apurado na Reavaliação Atuarial em 31/ 12/ 2015	(199.841)

b) FIPECqPREV

DESCRIÇÃO DO ASSUNTO	R\$ (mil)
Déficit Técnico Esperado considerando o valor total das Provisões Matemáticas de 31/12/2014	(310)
Dedução da Provisão Contingencial, constituída na Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, quando da incorporação do extinto Plano PPE para esse fim, de forma que o Plano FIPECqPREV, do tipo Contribuição Definida (Puro), em 31/ 12/ 2015, não apresente, conforme é de sua natureza, Superávit Técnico	216
Outros fatores pulverizados e de origens diversas	94
Resultado Técnico Apurado na Reavaliação Atuarial em 31/ 12/ 2015	-

10. Ajuste de Precificação

A Fundação adotou a Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

A Resolução CNPC nº 16/2014 introduziu o Ajuste de Precificação que deverá ser considerado para fins de equacionamento do déficit e tam-

bém para a distribuição do superávit acumulado. O valor resultante deste cálculo é adicionado ou reduzido ao resultado acumulado para apuração do equilíbrio técnico ajustado.

O PPC possui em 31 de dezembro de 2015 R\$ 646.029 (R\$ 479.102 mil em 31/12/14) em

NTN-Bs que atendem ao critério da Resolução para aplicação do Ajuste de precificação. Assim, a Fundação calculou o valor destes títulos com base na taxa de juros atuarial do plano de 5% a.a.

O ajuste de precificação dos títulos públicos em 31 de dezembro de 2015 do Plano de Previdência Complementar – PPC, resultou no valor positivo de R\$ 91.096 mil (R\$ 64.613 mil em 31/12/14), conforme demonstrativo a seguir:

TIPO	TAXA DE AQUISIÇÃO % AA.	VENCIMENTO	QUANTIDADE	PU TAXA DE AQUISIÇÃO 31/ 12/ 2015	PU RECALCULADO EM 31/ 12/ 2015	VALOR CONTÁBIL 31/ 12/ 2015	VALOR AJUSTADO 31/ 12/ 2015	AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO
NTN-B	6,518100	15/ 08/ 2050	65.000,00	2.648,52	3.287,33	172.154	213.677	41.523
NTN-B	5,400003	15/ 08/ 2050	10.000,00	3.096,15	3.287,33	30.961	32.873	1.912
NTN-B	5,699698	15/ 08/ 2050	5.000,00	2.964,46	3.287,33	14.822	16.437	1.614
NTN-B	5,578718	15/ 08/ 2022	6.000,00	2.899,01	2.987,29	17.394	17.924	530
NTN-B	6,139999	15/ 08/ 2022	5.000,00	2.816,66	2.987,29	14.083	14.936	853
NTN-B	6,216734	15/ 08/ 2022	5.000,00	2.805,64	2.987,29	14.028	14.936	908
NTN-B	6,504355	15/ 08/ 2022	5.000,00	2.764,84	2.987,29	13.824	14.936	1.112
NTN-B	6,190880	15/ 08/ 2022	5.000,00	2.809,34	2.987,29	14.047	14.936	890
NTN-B	6,049482	15/ 08/ 2022	5.000,00	2.829,73	2.987,29	14.149	14.936	788
NTN-B	6,029415	15/ 08/ 2022	10.000,00	2.832,64	2.987,29	28.326	29.873	1.547
NTN-B	5,661851	15/ 05/ 2019	10.000,00	2.823,73	2.878,56	28.237	28.786	548
NTN-B	5,761483	15/ 08/ 2022	5.000,00	2.871,85	2.987,29	14.359	14.936	577
NTN-B	5,727107	15/ 05/ 2035	5.000,00	2.885,61	3.133,50	14.428	15.668	1.239
NTN-B	5,924984	15/ 05/ 2035	10.000,00	2.822,98	3.133,50	28.230	31.335	3.105
NTN-B	6,408496	15/ 08/ 2022	5.000,00	2.778,35	2.987,29	13.892	14.937	1.045
NTN-B	6,477501	15/ 08/ 2022	5.000,00	2.768,62	2.987,29	13.843	14.937	1.093
NTN-B	5,897374	15/ 08/ 2022	2.500,00	2.851,87	2.987,29	7.130	7.468	339
NTN-B	6,134563	15/ 08/ 2030	5.000,00	2.804,70	3.117,75	14.023	15.589	1.565
NTN-B	6,563736	15/ 08/ 2022	5.000,00	2.756,52	2.987,29	13.783	14.936	1.154
NTN-B	6,200009	15/ 08/ 2040	10.000,00	2.772,29	3.222,34	27.723	32.224	4.501
NTN-B	6,921761	15/ 08/ 2022	5.000,00	2.707,02	2.987,29	13.535	14.936	1.401
NTN-B	6,320008	15/ 05/ 2045	5.000,00	2.685,21	3.216,85	13.426	16.084	2.658
NTN-B	6,351005	15/ 05/ 2045	5.000,00	2.674,42	3.216,85	13.372	16.084	2.712
NTN-B	6,508973	15/ 05/ 2045	5.000,00	2.620,51	3.216,85	13.103	16.084	2.982
NTN-B	6,656853	15/ 08/ 2018	8.000,00	2.793,26	2.900,29	22.346	23.202	856
NTN-B	7,093527	15/ 08/ 2016	3.500,00	2.815,73	2.849,54	9.855	9.973	118
NTN-B	6,480625	15/ 05/ 2055	7.000,00	2.615,66	3.268,28	18.310	22.878	4.568
NTN-B	6,134563	15/ 08/ 2030	2.500,00	2.804,70	3.117,75	7.012	7.794	783
NTN-B	6,949737	15/ 05/ 2055	1.200,00	2.454,04	3.268,28	2.945	3.922	977
NTN-B	7,089674	15/ 05/ 2035	1.600,00	2.491,34	3.133,50	3.986	5.014	1.028
NTN-B	7,101357	15/ 05/ 2055	3.000,00	2.405,53	3.268,28	7.217	9.805	2.588
NTN-B	7,381771	15/ 05/ 2035	5.000,00	2.417,14	3.133,50	12.086	15.668	3.582
Total						646.629	737.724	91.096

O Ajuste de precificação positivo no valor de R\$ 91.096 mil, demonstrado acima, foi considerado pela Fundação para determinação do Déficit Técnico Ajustado em 31 de dezembro de 2015 e

apresentado na Demonstração do Ativo Líquido – DAL do Plano. A apuração do limite do déficit ajustado para fins de equacionamento conforme previsto pela CNPC nº 22 é assim apresentada:

DESCRIÇÃO	R\$ (mil)	
	2015	2014
Cálculo do Limite		
Provisões Matemáticas	931.189	784.887
Limite % (Duration - 4%)	13,91%	14,10%
Limite do Déficit Acumulado (R\$)	129.528	110.669
Equilíbrio Técnico Ajustado		
Déficit Acumulado	(199.841)	(138.207)
Ajuste de Precificação	91.096	64.613
Déficit Ajustado	(108.745)	(73.594)
Índice de Solvência	11,68%	9,38%

Conforme observado no demonstrativo acima, o Plano encerrou o exercício de 31/12/2015 com equilíbrio técnico ajustado negativo de R\$ 108.745 mil (73.594 mil em 31/12/2014), apresentando o índice de solvência de 11,68% para 31/12/2015 (9,38% em 31/12/2014), ficando

do estes índices inferiores ao limite da zona de equilíbrio mínimo de 13,91% para 31/12/2015 (14,10% em 31/12/2014). Dessa forma, nos referidos exercícios não existe a obrigatoriedade de elaboração e aprovação de plano de equacionamento de déficit técnico.

11. Fundos

a) Fundos Previdenciais

O saldo de Fundos Previdenciais é assim composto:

	R\$ (mil)	
	2015	2014
Fundo Previdencial do Plano de Previdência Complementar - PPC	197.223	247.146
Ofício nº 4484/ 2012 CGAT/ DITEC/PREVIC	30.693	30.151
Ofício nº 899/ 2015 CFDF/ CGFD/ DIFIS/PREVIC	39.225	-
Fundo Contingencial de Riscos Não Expirados - FIPECqPREV	1.927	1.549
	269.068	278.846

i) Fundo Previdencial do Plano de Previdência Complementar – PPC

Constituído atuarialmente para dar cobertura a desvios desfavoráveis das hipóteses atuariais

e a eventuais alterações (revisões) do PPC, que possam causar desequilíbrio atuarial a esse Plano, bem como servir de garantia para questionamentos judiciais que acarretem revisões nos valores dos benefícios.

Em agosto/15, foi utilizado R\$ 38.533 mil para constituição do Fundo Ofício nº 899/2015 CFDF/CGFD/DIFIS/PREVIC mencionado abaixo e em dezembro/2015, foi suportado pelo Fundo o valor de R\$ 15.135 mil referente a provisões judiciais de processos em vias de serem transitados em julgado, de modo desfavorável ao Plano.

ii) Fundo Ofício nº 4484/CGAT/DITEC/PREVIC

Constituído em julho/2013, mediante transferência do Fundo Previdencial - PPC. O Fundo tem a finalidade de provisionar, por determinação da PREVIC, considerando o Ofício nº 4484/CGAT/DITEC/PREVIC de 06/12/2012, as contribuições normais/extraordinárias, devidamente atualizadas, de Patrocinadoras cujos participantes foram alcançados pelo Regime Jurídico Único (RJU), tendo esses participantes optado por receber o benefício saldado pelo PPC.

iii) Fundo Ofício nº 899/2015 CFDF/CGFD/DIFIS/PREVIC

Constituído em agosto/2015, com recursos advindos do Fundo Previdencial - PPC. O Fundo tem

por finalidade provisionar, por determinação da PREVIC, considerando o Ofício nº 899/2015 CFDF/CGFD/DIFIS/PREVIC de 10/04/2015, as contribuições normais/extraordinárias, devidamente atualizadas, de Patrocinadoras cujos participantes foram alcançados pelo Regime Jurídico Único (RJU).

iv) Fundo Contingencial de Riscos Não Expirados – FIPECqPREV

Constituído no ano de 2011 por valores contributivos recebidos pelo Plano de Previdência Especial - PPE, pelo processo de incorporação deste plano ao FIPECqPREV, devidamente atualizados pela rentabilidade líquida obtida pelos investimentos, não passíveis de resgates e de alocações nas subcontas do referido PPE (individual). É destinado a dar cobertura a todo tipo de riscos envolvidos no processo de incorporação, inclusive de gastos advocatícios a ele inerentes e preservar o Plano FIPECqPREV dos riscos inerentes à manutenção de alguns benefícios, oriundos do Plano de Previdência Especial - PPE, com natureza de Benefício Definido.

b) Fundo Administrativo

Constituído consoante autorização da então Secretaria de Previdência Complementar, Ofício GAB/SPC N.º 505/84, para fazer face à sobrecarga administrativa. A movimentação do Fundo Administrativo refere-se ao custeio previdencial mensal, resultado líquido entre as receitas e as despesas administrativas e a rentabilidade obtida dos pelos investimentos administrativos.

O Fundo Administrativo vem sendo utilizado parcialmente para cobertura de despesas administrativas em complementação à Taxa de Administração aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo.

A movimentação do Fundo Administrativo para os anos de 2015 e 2014 é assim apresentada:

DESCRIÇÃO	R\$ (mil)	
	2015	2014
Saldo inicial do exercício	37.210	38.367
(+) Receitas administrativas	34	33
(+)Custeio administrativo	6.889	7.076
(+) Rentabilidade dos investimentos	2.832	2.288
(+) Reversão de Contingências	249	-
Subtotal	47.214	47.764
(-) Despesas administrativas	(10.221)	(9.978)
(-) Constituições de Contingências	(563)	(576)
Subtotal	(10.784)	(10.554)
Saldo do balanço em 31 de dezembro	36.430	37.210

Em 30 de abril de 2003, a Fundação encerrou, com recursos do Plano administrativo, o Plano Assistencial existente até àquela data, cujo déficit era de R\$ 4.068 mil. No decorrer dos exercícios de

2004 a 2014, ocorreu a recuperação de parte deste déficit, no valor de R\$ 658 mil, permanecendo, ainda, um saldo de R\$ 3.410 mil a recuperar para o Fundo, apresentado a valor histórico.

c) Fundo dos Investimentos

Denominado de “Fundo de Seguro de Empréstimos/Financiamentos”, foi constituído para garantir a inadimplência temporária dos contratos de empréstimos concedidos aos Participantes. O saldo do fundo corresponde ao prêmio (taxa) incidente sobre o principal do empréstimo concedido, mais

a recuperação da inadimplência e a rentabilidade dos investimentos, deduzidos dos valores dos empréstimos inadimplentes e as coberturas nas situações de morte e/ou invalidez do participante mutuário. O saldo em 31/12/2015 é de R\$ 4.040 mil (R\$ 3.552 mil – 31/12/2014).

12. Custeio Administrativo

Em observância ao disposto na Resolução CGPC nº 29 de 31/08/2009, o custeio das despesas da Gestão Administrativa tem como fonte de recursos:

a) 15% fixados atuarialmente, que incidem sobre os valores das contribuições do Plano de Previdência Complementar – PPC. No Plano FIPECqPREV, esse percentual varia de 2% a 4% sobre o valor da contribuição, respeitado o limite de 15% sobre o Valor de Referência do Plano – VRP (R\$ 164,70 em 31/12/2015);

b) Taxa de Administração cobrada sobre os investimentos na modalidade de Empréstimos e Financiamentos;

c) Resultados dos Investimentos;

d) Recursos do Fundo Administrativo.

No Programa de Investimentos, o limite em 2015 do custeio administrativo corresponde a 0,69% (0,75% em 2014) dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios deduzidos os valores transferidos pelos Planos de Benefício e da Taxa de Administração dos Empréstimos. Para o exercício de 2016 este limite será de 0,67%.

As despesas comuns da administração são rateadas na proporção de 50% entre a Gestão Previdencial e dos Investimentos.

13. Consolidação das demonstrações contábeis

Em cumprimento à Instrução SPC nº 34/2009, as Demonstrações Contábeis devem ser apresentadas por Planos de benefícios e consolidadas. A consolidação é efetuada mediante a anulação dos valores a pagar e a receber entre os Planos, a participação do Fundo administrativo nos Planos previdenciais, o Superávit e o Déficit técnico, dentre outros.

A seguir, é apresentado detalhamento dos ajustes e eliminações para a consolidação das Demonstrações Contábeis. Tais ajustes são efetuados em documentos auxiliares e se referem à participação do PPC e do FIPECqPREV no PGA, de acordo com o quadro a seguir:

R\$ (mil)

	PPC	FIPECqPREV	PGA	TOTAL	ELIMINAÇÕES	SALDO CONSOLIDADO
Ativo						
Disponível	31	7	9	47	-	47
Gestão Previdencial	2.533	1	-	2.534	-	2.534
Gestão Administrativa	36.266	164	9.633	46.063	(36.623)	9.440
Investimentos	1.016.994	22.928	36.532	1.076.454	-	1.076.454
Permanente	-	-	444	444	-	444
Total	1.055.824	23.100	46.618	1.125.542	(36.623)	1.088.919
Passivo	-	-	-	-	-	-
Exigível Operacional	1.518	105	832	2.455	(193)	2.262
Exigível Contingencial	15.511	69	9.356	24.936	-	24.936
Patrimônio para cobertura	731.348	20.835	-	752.183	-	752.183
Fundos	307.447	2.091	36.430	345.968	(36.430)	309.538
Total	1.055.824	23.100	46.618	1.125.542	(36.623)	1.088.919

As eliminações são referentes à participação dos planos no PGA no valor de R\$ 36.430 mil

e valor a pagar dos planos ao PGA no valor de R\$ 193 mil.

14. Outros Assuntos

a) Pedido de retirada de Patrocínio - Ipea

A Fundação recebeu em 28 de dezembro de 2015 pedido de retirada de patrocínio do Ipea, um dos patrocinadores do Plano PPC, e irá realizar o processo conforme a Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, nº 13, de 13 de maio de 2013. A Administração está realizando os cálculos referenciais que servirão para a instrumentalização do processo e até o momento não é possível saber os efeitos no Plano PPC.

b) Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFNDs

Em 23 de junho de 1986, o Poder Executivo Federal expediu o Decreto-Lei nº 2.288, criando o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), cujo objetivo era captar recursos junto a investi-

dores. Seu art. 7º estabelecia a obrigatoriedade das entidades fechadas de previdência privada, com patrocinadores oriundos do setor público federal e estadual, aplicarem 30% (trinta por cento) de suas reservas técnicas na aquisição de Obrigações do FND, com prazo de 10 (dez) anos e variação equivalente à da Obrigação do Tesouro Nacional (OTN).

Em 1991, a ABRAPP, na condição de substituta processual das Entidades Fechadas de Previdência Complementar ajuizou Ação Ordinária contra a União Federal, BNDES e FND. Referida ação tinha por objeto a reivindicação da diferença de correção monetária paga a menor ocasionada pela substituição do indexador IPC por BTN, no período de abril de 1990 a fevereiro de 1991, para atualização monetária das OFNDs. Em 12 de dezembro de 2007, a 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região – TRF2 determinou que as OFNDs

adquiridas pelas entidades filiadas a ABRAPP fossem corrigidas pelo IPC de abril de 1990 a fevereiro de 1991, pois tal índice já era utilizado para correção de diversos outros títulos públicos, devendo os valores resgatados serem corrigidos monetariamente, acrescidos de juros legais contados da citação no referido processo.

Findo o trâmite processual, e transitado em julgado o processo, a ABRAPP, atendendo ao pedido de algumas associadas, contratou perito contábil para emissão de laudo técnico mensurando os valores atualizados das OFNDs, segregados por Entidades, para fins de execução de sentença.

Nesse ínterim, a União Federal ajuizou Ação Rescisória, que suspendeu a fase de execução da Ação Ordinária, visando anular decisão condenatória transitada em julgado naquela ação. Em primeira instância obteve decisão desfavorável, da qual interpôs Recurso de Apelação que também foi julgado improcedente pela 7ª Turma do TRF2. Interposto Recurso Extraordinário ao STF, este aguarda decisão de juízo de admissibilidade da Presidência do TRF2. Na Ação Rescisória ajuizada pela União, após o julgamento de improcedência do Recurso de Apelação da União pela 7ª Turma do TRF2, o Ente Federal interpôs Recurso Especial para o STJ e Recurso Extraordinário para o STF,

tendo ambos os recursos obtido crivo favorável da Presidência do TRF2 para serem julgados pelo STJ, no caso do Especial, e pelo STF, no caso do Extraordinário. Em paralelo, importante ressaltar que as entidades, sob coordenação da ABRAPP conseguiram dar início à execução provisória referente à Ação Ordinária, que já transitou em julgado. Nessa fase de execução, as entidades foram divididas em grupos de dez por cada processo de execução, visando dar maior celeridade ao trâmite processual executório.

A PREVIC, em 2011, emitiu o Ofício nº. 4663/2011/CGMC/DIACE/PREVIC, determinando às EFPCs que, enquanto não houver manifestação da Justiça Federal com relação aos valores devidos e a forma de pagamento pela União, relativo à Ação Judicial, não deve ser efetuado o registro contábil deste ativo contingente, mas tal fato deverá constar das notas explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício. Os administradores acatarem o estabelecido e decidiram não reconhecer o montante nos balanços a partir de 2011.

O valor a receber pela **FIPECq**, de acordo com planilha juntada aos autos da Execução corrente na 23ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro-RJ, atualizado até junho de 2011 era de R\$ 42.352 mil.

Parecer Atuarial

Plano de Previdência Complementar – PPC

Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o Plano de Previdência Complementar - PPC da **FIPECq**, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela **FIPECq**, resultou no custo total de 14,60%

da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos, sem considerar a contribuição normal de 6,50% (incluída a sobrecarga administrativa) dos participantes aposentados, destinada a participar do custeio normal dos benefícios, conforme descrito a seguir:

TIPO DE BENEFÍCIO	CUSTO (%)	
	ANO ANTERIOR	ANO ATUAL
Aposentadorias *1	8,26%	8,61%
Invalidez/Auxílio-doença	2,27%	2,12%
Pensão por Morte/ Pecúlio	1,68%	1,68%
Sub-total (1)	12,21%	12,41%
Suplementar	-%	-%
Administração *2	2,15%	2,19%
Sub-Total (2)	2,15%	2,19%
Total (1) + (2)	14,36%	14,60%

*1: Inclui a cobertura dos Institutos do Resgate, da Portabilidade e do Benefício Proporcional Diferido.

*2: Corresponde a 15% do total das Contribuições Previdenciárias da Patrocinadora e dos Participantes.

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2015, a idade média dos participantes ativos é de 48 anos.

2) O custo total reavaliado de 14,60% da Folha dos Salários de Participação dos Participantes Não Assistidos será custeado, no exercício de 2016, pelas contribuições descritas a seguir, dentro dos pa-

râmetros definidos no Regulamento do Plano de Previdência Complementar - PPC da **FIPECq**, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam:

CONTRIBUIÇÕES NORMAIS	EM %	
	ANO ANTERIOR	ANO ATUAL
REFERÊNCIA		
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	7,18%	7,30%
Contribuição Normal da Patrocinadora	7,18%	7,30%
Sub-total	14,36%	14,60%
Contribuição Suplementar	-%	-%
Total Contribuições (Patrocinadoras + Participantes Ativos)	14,36%	14,60%
Contribuições Normais dos Assistidos	-	-
Aposentados Assistidos (*)	6,52%	6,50%
Pensionistas Assistidos	-	-

(*): Inclui Sobrecarga Administrativa.

3) A Contribuição Normal Vigente, atuarialmente determinada, de 14,60% da folha do Salário Real de Contribuição corresponde exatamente ao Custo Normal atuarialmente verificado ao final de 2015, de 14,60% da folha do Salário de

Participação dos Participantes Não Assistidos. Tal fato significa que a Contribuição Normal que vem sendo praticada guarda conformidade com o Custo Normal reavaliado no encerramento do exercício de 2015.

Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

A variação do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano, do final do ano de 2014 para o final do ano 2015, é a seguinte:

REFERÊNCIA	R\$ (mil)		
	31/12/2014	31/12/2015	VARIAÇÃO
Provisão de Benefícios Concedidos	306.188.478,00	361.712.539,00	18,13%
Provisão de Benefícios a Conceder	478.698.484,00	569.476.055,00	18,96%
Provisão Matemática a Constituir	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	784.886.962,00	931.188.594,00	18,64%

Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

1) A situação financeiro-atuarial do Plano de Previdência Complementar - PPC vigente na **FIPECq**, patrocinado pelos Patrocinadores Finep, CNPq, INPE, INPA, Ipea e a própria **FIPECq**, avaliado pelos mesmos regimes/métodos e com as mesmas hipóteses atuariais, exceto pela adoção de uma projeção de crescimento real de salário anual melhor ajustada à situação atual dos participantes não assistidos, adotada no ano anterior, registrou, em 31/12/2015, contabilmente, um Déficit Técnico Acumulado de R\$ (199.840.836,80), considerando o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de R\$ 731.347.757,20, já crescido de R\$ 15.134.646,14, referente à reversão do Fundo Previdencial-PPC, com o objetivo de dar cobertura ao provisionamento de despesas relacionadas a ações judiciais, em vias de serem transitadas em julgado, de modo desfavorável ao Plano.

2) O reflexo da adoção de uma projeção de crescimento real de salário anual melhor ajustada à situação atual dos participantes não assistidos representou, em 31/12/2015, um aumento nas Provisões Matemáticas de R\$ 19.946.122,00.

3) Com base no estabelecido na Resolução CNPC nº 16, de 19/11/2014, que complementa a Resolução CNPC nº 13, de 04/11/2013, e altera a Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, a **FIPECq** apurou um valor positivo de R\$ 91.095.648,38, referente ao ajuste de precificação, restrito aos títulos públicos federais atrelados a índices de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, considerando a taxa real de juros de 5% ao ano (adotada nessa avaliação atuarial), para fins de eventual Equacionamento de Déficit, observando o equilíbrio técnico ajustado.

4) Assim, considerando a referida Resolução CNPC nº 16, de 19/11/2014, o Equilíbrio Técnico Ajustado do PPC da **FIPECq** apresentou um Resultado Deficitário de R\$ (108.745.188,42) = R\$ (199.840.836,80) + R\$ 91.095.648,38, que corresponde a 11,68% do valor total das Provisões Matemáticas de R\$ 931.188.594,00, em 31/12/2015.

5) Nesse contexto, a partir da entrada em vigor do estabelecido na Resolução CNPC nº 22 de 25/11/2015, que alterou a Resolução CGPC

nº 26, de 29/09/2008 e a Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, para os resultados referentes ao exercício de 2015, o Limite de Déficit Técnico Acumulado, para se tornar imperativa a elaboração e a aprovação de um Plano de Equacionamento de Déficit até o final do exercício subsequente, passa a ser de: $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$. Assim, em 31/12/2015, o Limite de Déficit Técnico Acumulado, apurado para o Plano PPC da **FIPECq**, foi de R\$ (129.528.333,43) = $1\% \times (17,91 - 4) \times \text{R\$ } 931.188.594,00$, sendo 17,91 (anos) a duração do passivo calculada em 31/12/2015.

6) Isso significa que, com base no Equilíbrio Técnico Ajustado, em realidade, a situação financeiro-atuarial do Plano, em 31/12/2015, é Deficitária em R\$ (108.745.188,42), correspondente a 11,68% das Provisões Matemáticas. Como esse valor é inferior ao referido Limite de Déficit Técnico Acumulado de R\$ (129.528.333,43), não há imperativo de se elaborar e aprovar um Plano de Equacionamento de Déficit até o final do ano 2016. De qualquer forma, é necessário que, ao longo de 2016, sejam estudados ajustes preventivos no Plano de Custeio, visando dar melhores condições para que o PPC da **FIPECq** não encerre o próximo exercício com novo Resultado Negativo, tendo em vista que a Situação Deficitária do Plano já se encontra próxima do Limite estabelecido para ser obrigatória a implantação de um Plano de Equacionamento.

Fato Relevante: Destaca-se a existência, em 31/12/2015, do Fundo Previdencial-PPC, com o saldo de R\$ 197.223.256,00, cuja utilização tem como objetivo dar cobertura a desvios desfavoráveis das hipóteses atuariais e a eventuais alterações (revisões) do PPC, que possam causar desequilíbrio atuarial a esse Plano, bem como servir de garantia para questionamentos judiciais que acarretem revisões nos valores dos benefícios.

7) Foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais:

i) Tábua de Mortalidade Geral: q_x da AT-2000 (masculina) suavizada em 10% e desgravada em 1 (um) ano.

ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos: $q_x^i = q_x$ da AT-83 (masculina).

iii) Tábua de Entrada em Invalidez: LIGHT-FRACA.

iv) Rotatividade: Mantida Nula.

v) Taxa real de juros/desconto: Mantida em 5% ao ano.

vi) Projeção de Crescimento Real de Salários: alterada para 2,82% ao ano (em média, ao longo dos anos remanescentes de atividade).

vii) Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: 100% face a se estar trabalhando com o Salário Real de Benefício, que corresponde à média, devidamente atualizada, dos últimos Salários Reais de Contribuição.

viii) Em relação à composição familiar, se está adotando a família efetiva para avaliar as Provisões de Benefícios Concedidos de Aposentadoria e de Pensão por Morte e se está adotando a Composição de Família relativa à Experiência **FIPECq**, atualizada em 2014, para avaliar atuarialmente os benefícios de pensão por morte dos Participantes Não Assistidos.

ix) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 97,24% (compatível com uma inflação anual média da ordem de 5% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano).

8) Para o exercício de 2016, em princípio, estão mantidas as contribuições normais vigentes, quais sejam:

i) Contribuição Normal dos Participantes Não Assistidos e Assistidos:

• $a\% = 1,40\%$ do Salário Real de Contribuição (Salário de Participação);

• $b\% = 1,90\%$ da parcela do Salário Real de Contribuição (Salário de Participação) excedente à metade do teto máximo do Salário de Contribuição da Previdência Social;

• c% = 7,00% da parcela do Salário Real de Contribuição (Salário de Participação) excedente ao teto máximo de contribuição à Previdência Social.

ii) Contribuição Normal da Patrocinadora:

A contribuição normal da patrocinadora é paritária com o total das contribuições normais recolhidas pelos participantes não assistidos.

NOTA: 15% das Contribuições Normais aqui apresentadas se destinam a participar do custeio administrativo, sendo que, como a **FIPECq** estabeleceu o limite das despesas administrativas, fixado num percentual do Ativo Líquido, a diferença, entre esse limite (que, para o ano de 2016, em princípio, é de 0,69%) e o correspondente a 15% das Contribuições Normais, será custeado pelo retorno dos investimentos.

9) A rentabilidade nominal líquida, obtida pela **FIPECq** na aplicação do Patrimônio de Cobertura do Plano de Previdência Complementar - PPC (incluindo o correspondente aos Benefícios Saldados), ao longo de 2015, foi de 11,16% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 16,84% o que, em termos reais, representou obter (0,11)%, não alcançando a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5% ao ano, tomando como indexador base o INPC do IBGE, e adotando o método da taxa interna de retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade.

NOTA: Já a rentabilidade real líquida do Patrimônio Total da **FIPECq** obtida ao longo de 2015, medida também pelo método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, foi de (0,22)%.

10) Os títulos e valores imobiliários integrantes da carteira própria do Plano de Previdência Complementar (PPC) administrado pela **FIPECq**, de Benefício Definido (BD), foram classificados no exercício de 2015 nas seguintes categorias: Títulos para negociação e Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação, são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição.

Na categoria títulos mantidos até o vencimento, são registrados os títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira da Entidade de mantê-los em carteira até o vencimento e que sejam classificados como de baixo risco de crédito.

Em dezembro de 2015, do total de R\$ 672.730 mil aplicado em Notas do Tesouro Nacional (NTN-B), vencimentos em 2016 / 2017 / 2018 / 2019 / 2022 / 2030 / 2035 / 2040 / 2045 / 2050 e 2055, somente as NTN-B's com vencimento em 2017, no valor de R\$ 26.101 mil, foram classificadas na categoria títulos para negociação e os demais títulos, correspondendo a R\$ 646.629 mil, classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento. Os créditos privados, depósitos e valores imobiliários integrantes da carteira de investimentos do Plano PPC estão classificados em títulos para negociação, por consequência, marcados a preço de mercado.

Considerando as projeções do cenário econômico para os próximos anos e os direcionamentos do Estudo de *Asset Liability Management* – ALM, a Diretoria Executiva decidiu pela manutenção, em 2016, da classificação dos títulos públicos/NTN-B's, vencimentos 2016 / 2018 / 2019 / 2022 / 2030 / 2035 / 2040 / 2045 / 2050 e 2055, na categoria de "Títulos mantidos até o vencimento".

A **FIPECq** declara ter capacidade financeira e a intenção de manter em carteira os títulos públicos (NTN-B) classificados na categoria mantidos até o vencimento (marcados na curva), estando assim em conformidade com o estabelecido na Resolução CGPC nº 4, de 30/01/2002.

Em observância ao § 3º do Art. 1º da Resolução CGPC nº. 4, evidenciamos que o Plano de Previdência Complementar (PPC) possui capacidade de atendimento das necessidades de liquidez,

em função dos direitos dos participantes, do perfil do exigível atuarial e das obrigações da Entidade, não sendo necessário liquidar os investimentos em NTN-B, classificados na categoria mantidos até o vencimento.

11) À parte do Patrimônio de Cobertura do Plano de Previdência Complementar - PPC (incluído o correspondente aos Benefícios Saldados) e do Fundo Previdencial-PPC (destacado no “Fato Relevante” do numeral 6 deste item VI.3) da **FIPECq**, se encontram constituídos os seguintes Fundos Previdenciais:

i) Em atendimento ao Ofício nº 4484/CGAT/DITEC/PREVIC de 06/12/2012 da PREVIC, foi constituído, em 2013, o “Fundo Previdencial-Ofício nº 4484/2012 CGAT/DITEC/PREVIC”, com recursos advindos do referido Fundo Previdencial (atualmente denominado “Fundo Previdencial-PPC”) já existente, para entre outras essa finalidade, a partir do levantamento, realizado pela **FIPECq**, das contribuições normais/extraordinárias, devidamente atualizadas, realizadas pelas Patrocinadoras cujos participantes foram alcançados pelo Regime Jurídico Único – RJU, tendo esses participantes optado por receber o benefício saldado pelo PPC, que, em 31/12/2015, é de R\$ 30.692.326,31.

ii) Em atendimento ao Ofício nº 899/CFDF/CGFD/DIFIS/PREVIC de 10/04/2015 da PREVIC, foi constituído, em 2015, o “Fundo Previdencial-Ofício nº 899/2015 CFDF/CGFD/DIFIS/PREVIC”, com recursos advindos do referido Fundo Previdencial (atualmente denominado “Fundo Previdencial-PPC”) já existente, para entre outras

essa finalidade, a partir do levantamento, realizado pela **FIPECq**, das contribuições normais / extraordinárias, devidamente atualizadas, realizadas pelas Patrocinadoras cujos participantes foram alcançados pelo Regime Jurídico Único – RJU, tendo esses participantes optado por resgatar as contribuições realizadas ao PPC, que, em 31/12/2015, é de R\$ 39.224.959,57.

NOTA: As informações da área contábil da **FIPECq** nos dão conta da existência, em 31/12/2015, do saldo de R\$ 4.039.861,17 no Fundo de Seguro-Empréstimos/Financiamento (Fundo Investimento).

Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, e como Déficit Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais relacionadas no numeral 7 do item VI.3. e os regimes/métodos de financiamento referidos no item VI.7., bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela **FIPECq**, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2015, refletida nesta D.A.

Varição do Resultado no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

Déficit Técnico Acumulado existente em 31/12/2014.	(138.207.482,26)
Parcela, referente à atualização pela meta atuarial de rentabilidade do ano de 2015, do Déficit Técnico Acumulado existente em 31/12/2014.	(23.274.140,01) ^(*)
Perda Financeira Estimada ocorrida no Patrimônio de Cobertura do Plano em decorrência da meta atuarial de rentabilidade não ter sido alcançada em 2015.	(10.595.932,47) ^(**)
Adoção de uma projeção de crescimento real de salário anual melhor ajustada à situação dos participantes não assistidos.	(19.946.122,00)
Perda Atuarial decorrente do Salário Real de Benefício ter, em 2015, aumentado em 5,17% ultrapassando os 2,28% projetado, com base na hipótese atuarial adotada.	(9.705.940,00)
Outros fatores pulverizados e de origem diversas.	1.888.779,94 ^(***)
Déficit Técnico Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2015.	(199.840.836,80)
Ajuste de Precificação em 31/12/2015.	91.095.648,38
Déficit Técnico Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2015 (por Equilíbrio Técnico Ajustado).	(108.745.188,42)

(*) Igual a R\$ (138.207.482,26) x 16,84%

(**): A partir da Perda Financeira Total de R\$ (52.313.065,56), o valor estimado da Perda Financeira do Patrimônio de Cobertura do Plano é de R\$ (10.595.932,47), no ano de 2015, em função dos Fundos Previdenciais serem atualizados pelos mesmos índices que atualizam as contribuições realizadas pelos Participantes ao plano passíveis de Resgate.

(**): Equivalente a 0,20% do valor total das Provisões Matemáticas de R\$ 931.188.594,00, obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2015.

Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

Considerando a Resolução CNPC nº 16, de 19/11/2014, o Equilíbrio Técnico Ajustado do PPC da **FIPECq** apresentou um Resultado Deficitário de R\$ (108.745.188,42) = R\$ (199.840.836,80) + R\$ 91.095.648,38, que corresponde a 11,68% do valor total das Provisões Matemáticas de R\$ 931.188.594,00, em 31/12/2015.

Nesse contexto, a partir da entrada em vigor do estabelecido na Resolução CNPC nº 22 de 25/11/2015, que alterou a Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008 e a Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, para os resultados referentes ao exercício de 2015, o Limite de Déficit Técnico Acumulado, para se tornar imperativa a elaboração e a aprovação de um Plano de Equacionamento de Déficit até o final do exercício subsequente, pas-

sa a ser de: $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$. Assim, em 31/12/2015, o Limite de Déficit Técnico Acumulado, apurado para o Plano PPC da **FIPECq**, foi de R\$ (129.528.333,43) = $1\% \times (17,91 - 4) \times \text{R\$ } 931.188.594,00$, sendo 17,91 (anos) a duração do passivo calculada em 31/12/2015.

Isso significa que, com base no Equilíbrio Técnico Ajustado, em realidade, a situação financeiro-atuarial do Plano, em 31/12/2015, é Deficitária em R\$ (108.745.188,42), correspondente a 11,68% das Provisões Matemáticas, sendo esse valor inferior ao Limite de Déficit Técnico Acumulado de R\$ (129.528.333,43), não havendo assim, imperativo de se elaborar e aprovar um Plano de Equacionamento de Déficit até o final do ano 2016.

De qualquer forma, é necessário que, ao longo de 2016, sejam estudados ajustes preventivos no Plano de Custeio, visando dar melhores condições para que o PPC da **FIPECq** não encerre o próximo exercício com novo Resultado Negativo, tendo em vista que a Situação Deficitária do Plano já se encontra próxima do Limite estabelecido para ser obrigatória a implantação de um Plano de Equacionamento.

Fato Relevante: Destaca-se a existência, em 31/12/2015, do Fundo Previdencial-PPC, com o saldo de R\$ 197.223.256,00, cuja utilização tem como objetivo reduzir os efeitos de decisões judiciais, que aumentem os compromissos do Plano, de alterações nas hipóteses atuariais ou mesmo de desvios desfavoráveis ocorridos em relação às hipóteses atuariais adotadas.

Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Considerando que o Plano de Previdência Complementar - PPC da **FIPECq** é um Plano de Previdência Complementar aberto a novas adesões de participantes, o Regime Financeiro de Capitalização na versão do Crédito Unitário Projetado adotado é o adequado para avaliar os seus benefícios de Aposentadoria e de Pensão por Morte, sendo que, para o financiamento dos benefícios de auxílio-reclusão e auxílio-doença, está sendo adotado, também de forma adequada, o Regime de Financiamento de Repartição Simples.

Plano FIPECqPREV

Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o Plano FIPECqPREV, dada a característica de ser um Plano (Puro) de Contribuição Definida (CD), antes e após a concessão do benefício de prestação continuada, bem como por tratar-se de um Plano Instituidor, não são apresentados percentuais de Custos para o referido Plano, merecendo destaque, o fato de haver participantes assistidos e pensionistas assistidos oriundos do extinto Plano de Previdência Especial - PPE da **FIPECq** (incorporado a esse Plano FIPECqPREV), em que apenas os participantes assistidos contribuem com, no mínimo, 1% de seus Salários de Participação (*) (compatível com o estabelecido no artigo 72 do Regulamento de Benefícios do Plano FIPECqPREV da **FIPECq**), com a finalidade de custear os Benefícios de Pecúlio por Morte de Participante Assistido (e com uma sobrecarga administrativa, no momento, de 15%).

NOTA: Na avaliação atuarial de 2015, a idade média dos participantes ativos do FIPECqPREV é de 56 anos.

2) A Contribuição Normal do FIPECqPREV, observado o numeral 1 anterior, que só é cobrada dos participantes ativos, depende da escolha individual de cada um, não podendo ser inferior a 25% do valor de 1 (um) V.R.P. (Valor de Referência do Plano), ou seja, R\$ 41,18, sendo o custeio administrativo realizado por uma taxa administrativa de 2% da Contribuição Normal se o participante se relaciona com o Plano por e-mail ou de 4% se o participante se relaciona com o Plano por correspondência, não podendo o valor da taxa administrativa exceder a 15% de 1 (um) V.R.P. (Valor da Referência do Plano), ou seja, a R\$ 24,70.

NOTA: O Valor de Referência do Plano (V.R.P.) é atualizado anualmente no mês de maio.

(*)1 Com exceção de 1 (um) participante assistido, que por ter se inscrito após 01/01/1991 no extinto Plano de Previdência Especial - PPE da **FIPECq**, contribui com 1,5% do Salário de Participação, todos os demais participantes assistidos contribuem com 1% do Salário de Participação.

Varição das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

A variação do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano, do final do ano de 2014 para o final do ano 2015, é a seguinte:

REFERÊNCIA	31/12/2014	31/12/2015	VARIAÇÃO
Provisão de Benefícios Concedidos	7.101.397,16	7.568.783,10 (*1)	13,22%
Provisão de Benefícios a Conceder	11.240.204,99	13.266.338,83 (*2)	14,03%
Provisão Matemática a Constituir	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	18.341.602,15	20.835.121,93	13,72%

(*1) Sendo R\$ 7.422.679,74 correspondente aos Benefícios Concedidos oriundos do extinto PPE (que são na modalidade de Benefício Definido) e R\$ 146.103,36 correspondente a Benefício na modalidade de Contribuição Definida Pura.

(*2) A totalidade desses R\$ 13.266.338,83 corresponde a Benefícios na modalidade de Contribuição Definida Pura.

Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

1) A situação financeiro-atuarial do Plano FIPECqPREV vigente na **FIPECq**, que tem como Instituidora a FIPECqVIDA, por se tratar de um Plano Instituído do tipo Contribuição Definida (Puro), não apresentou em 31/12/2015, nem Superávit Técnico Acumulado e nem Déficit Técnico Acumulado.

NOTA: Transitoriamente, por ter o FIPECqPREV assumido a obrigação de continuar o pagamento de um pequeno grupo de participantes assistidos e pensionistas assistidos, em decorrência de ter incorporado o extinto Plano de Previdência Especial - PPE da **FIPECq**, existe o registro de uma Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, na modalidade de Benefício Definido e, conseqüentemente, de um Resultado Técnico Acumulado, que, em 31/12/2015, seria Deficitário em R\$ (216.324,08), caso, esse Déficit não tivesse sido coberto através da dedução da Provisão Contingencial, constituída na Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, quando da incorporação do referido PPE para esse fim, de forma que o Plano FIPECqPREV, do tipo Contribuição Definida (Puro), em 31/12/2015, não apresente, conforme é de sua natureza, Superávit Técnico Acumulado ou Déficit Técnico Acumulado.

2) No que se refere ao pequeno grupo de participantes assistidos e pensionistas assistidos, na modalidade de Benefício Definido, oriundos da incorporação do extinto Plano de Previdência Especial - PPE da **FIPECq**, na avaliação atuarial de 31/12/2015, foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais:

i) Tábua de Mortalidade Geral: q_x da AT-2000 (masculina) suavizada em 10% e desagravada em 1 (um) ano, nos Benefícios por Sobrevivência e q_x da AT-83 (masculina), com o custo agravado em 25%, para os Benefícios (Pecúlio) por Morte.

ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos $q_x^i = q_x$: da AT-83 (masculina), nos Benefícios por Sobrevivência.

iii) Taxa real de juros/desconto: 5% ao ano.

iv) Em relação à composição familiar, vem sendo adotada a família efetiva para os assistidos em gozo de benefício de aposentadoria e de pensão por morte.

v) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 97,24% (compatível com uma inflação anual média da ordem de 5% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano).

3) A rentabilidade nominal líquida, obtida pela **FIPECq** na aplicação do Patrimônio de Cobertura deste Plano, ao longo de 2015, foi de 10,838% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 16,84% o que, em termos reais, representou obter (0,39)%, não alcançando assim a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5% ao ano, tomando como indexador base o INPC do IBGE, e adotando o método da taxa interna de retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade, aplicável tão-somente aos participantes assistidos e pensionistas assistidos oriundos do Plano de Previdência Especial - PPE da **FIPECq** (incorporado a esse Plano **FIPECqPREV**). Para todos os demais benefícios da **FIPECqPREV**, por serem concedidos na modalidade de Contribuição Definida Pura, a rentabilidade corresponde exatamente à variação do valor das Cotas, conforme estabelecido no artigo 34 do Regulamento de Benefícios do Pla-

no **FIPECqPREV** da **FIPECq**, ou seja, corresponde à própria meta atuarial de rentabilidade.

Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais relacionadas no numeral 2 do item V.3. e os regimes/métodos de financiamento referidos no item V.7., bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela **FIPECq**, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2015, refletida nesta D.A.

Variação do Resultado no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

Tão somente em relação ao pequeno grupo de participantes assistidos e pensionistas assistidos, na modalidade de Benefício Definido, oriundos da incorporação do extinto Plano de

Previdência Especial - PPE da **FIPECq**, a evolução do Resultado Técnico Acumulado, de 31/12/2014 para 31/12/2015, tem a seguinte abertura:

Déficit Técnico Esperado considerando o valor total das Provisões Matemáticas de 31/12/2015 avaliadas por recorrência desde a abertura do exercício de 2015 (partindo da avaliação atuarial de dezembro de 2014)	R\$ (310.059,86) ^(*)
Dedução da Provisão Contingencial, constituída na Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, quando da incorporação do extinto Plano PPE para esse fim, de forma que o Plano FIPECqPREV , do tipo Contribuição Definida (Puro), em 31/12/2015, não apresente, conforme é de sua natureza, Superávit Técnico Acumulado ou Déficit Técnico Acumulado	R\$ 216.324,08
Outros fatores pulverizados e de origens diversas	R\$ 93.735,78 ^(**)
Resultado Técnico Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2015	R\$ 0,00

^(*) R\$ 20.835.121,93 - R\$ 21.145.181,79 = R\$ (310.059,86), onde R\$ 20.835.121,93 é o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano em 31/12/2015 e onde R\$ 21.145.181,79 é o valor total das Provisões Matemáticas avaliadas por recorrência (partindo da Reavaliação Atuarial de dezembro de 2014).

^(**) Se, em janeiro/2015, todos os benefícios oriundos do PPE tivessem recebido reajuste de 6,23%, correspondente ao INPC do IBGE acumulado no ano de 2014, as Provisões Matemáticas teriam um aumento de R\$ 76.726,37, em 31/12/2015. Nesse contexto, o item da Variação do Resultado - Outros fatores pulverizados e de origens diversas seria igual a R\$ 17.009,41, equivalente a 0,23% do valor total das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos de R\$ 7.422.679,74, na modalidade de Benefício Definido, do pequeno grupo de assistidos e pensionistas, em decorrência de ter incorporado o extinto Plano de Previdência Especial - PPE da **FIPECq** ao Plano **FIPECqPREV**, obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2015.

Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

Por se tratar de um Plano Instituído do tipo Contribuição Definida (Puro) não se registrou, em 31/12/2015, nem Superávit Técnico Acumulado e nem Déficit Técnico Acumulado, exceto no que se refere ao pequeno grupo de participantes assistidos e pensionistas assistidos, oriundos do Plano de Previdência Especial - PPE da **FIPECq**, que se encontram em gozo de benefício, na modalidade de Benefício Definido, onde se observou a existência, em 31/12/2015, de uma insuficiência Atuarial, a qual foi coberta pela dedução da Provisão Contingencial, constituída na Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, quando da incorporação do extinto Plano PPE para esse fim, de forma que o Plano **FIPECqPREV**, do tipo Contribuição Definida (Puro), em 31/12/2015, não apresenta, conforme é de sua natureza, Superávit Técnico Acumulado ou Déficit Técnico Acumulado.

Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Considerando que o Plano **FIPECqPREV** da **FIPECq** é um Plano em que os benefícios são concedidos na modalidade de Contribuição Definida, logo, estão sendo financiados pelo regime financeiro de Capitalização Individual, exceto no que diz respeito ao pequeno número de participantes assistidos e pensionistas assistidos, oriundos da incorporação do extinto Plano de Previdência Especial - PPE, que estão sendo financiados, adequadamente, da mesma forma que eram financiados no referido PPE, pelo regime financeiro de Capitalização na versão Agregado.

José Roberto Montello
Atuário MIBA 426

Relatório dos Auditores Independentes

Introdução

Examinamos as Demonstrações financeiras da **FIPECq** - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA ("**FIPECq**"), que compreendem o Balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os Planos de benefícios administrados pela **FIPECq**, aqui denominados de "Planos consolidados", por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas Demonstrações consolidadas da Mutações do patrimônio social e do Plano de gestão administrativa, e as Demonstrações individuais por Plano de benefício que compreendem as Demonstrações do Ativo líquido e da Mutações do ativo líquido e das Provisões técnicas todas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações financeiras

A Administração da **FIPECq** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma Opinião sobre essas Demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos Auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as Demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas Demonstrações financeiras da **FIPECq**. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das Demonstrações financeiras da **FIPECq** para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma Opinião sobre a eficácia desses controles internos da **FIPECq**. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião.

Opinião

Em nossa Opinião, as Demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **FIPECq** - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da Finep, do Ipea, do CNPq, do INPE e do INPA e individual por Plano de benefícios em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho consolidado e por Plano de benefícios de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Ênfases

Embora não tenha sido objeto de ressalva em nossa Opinião e conforme requerido nas Normas de auditoria emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aprovadas pela Resolução CFC 1.233/2009 (NBC-TA 706), os assuntos a seguir são considerados relevantes para os usuários das Demonstrações financeiras:

1) Conforme mencionado na Nota explicativa nº 11 a), a **FIPECq** mantém contabilizado no Plano PPC um Fundo Previdencial denominado "Ofício nº 899/2015 CFDF/CGFD/DIFIS/PREVIC" com saldo de R\$ 39,2 milhões em 31 de dezembro de 2015, criado em agosto de 2015 através de um levantamento realizado pela **FIPECq** e revisado por Atuário independente contratado para este fim. Este Fundo foi constituído com recursos advindos do Fundo Previdencial do Plano de Previdência Complementar - PPC e foi calculado tendo como base as contribuições normais e extraordinárias realizadas pelas Patrocinadoras cujos participantes foram alcançados pelo Regime Jurídico Único - RJU, atualizadas conforme regulamento do plano, tendo esses participantes optado por resgatarem as suas contribuições realizadas ao PPC. A **FIPECq** ajuizou Ação Declaratória em dezembro de 2010 com o objetivo de obter do Poder Judiciário uma Declaração, por sentença, sobre a destinação deste recurso, à época não segregado em Fundo Previdencial específico como apresentado em 31 de dezembro

de 2015, em virtude de inexistir uma manifestação das autoridades governamentais. O saldo do Fundo Ofício nº 899/2015 CFDF/CGFD/DIFIS/PREVIC, após a sua criação, é atualizado pela Taxa de Referência - TR, conforme regulamento do Plano PPC, que é a mesma taxa utilizada para corrigir as reservas dos participantes que optaram pelo resgate à época. No momento, esta ação judicial ainda não foi apreciada em Primeira Instância, sendo incerto o seu desfecho e os seus consequentes reflexos sobre as Demonstrações financeiras consolidadas da **FIPECq** e individuais do Plano de Previdência Complementar - PPC. Os valores correspondentes à contribuição dos Participantes já foram a eles devolvidos e, conseqüentemente, não fazem parte do valor acima mencionado.

2) Conforme mencionado na Nota explicativa nº 11 a), em resposta ao Ofício PREVIC nº 4.484/2012 CGAT/DITEC/PREVIC, de 06/12/2012, que determinou o encerramento do Plano de Benefício Saldado - PBS, a **FIPECq** efetuou um levantamento de contribuições aportadas pelas Patrocinadoras em nome dos participantes no referido Plano, com a revisão por Atuário independente sobre os cálculos e premissas utilizados. Como resultado, foi constituído o Fundo, de mesmo nome que o Ofício que determinou a sua criação, no valor de R\$ 29,8 milhões (valor em abril de 2013) que, em 31 de dezembro de 2015, totaliza R\$ 30,7 milhões para fazer face à decisão de PREVIC sobre a sua destinação, tendo utilizado recursos do Fundo Previdencial do Plano de Previdência Complementar - PPC para a constituição deste novo Fundo.

Até o momento, este assunto encontra-se sob análise pela PREVIC e é incerto o seu desfecho e os seus reflexos sobre as Demonstrações financeiras consolidadas da Fundação, e individuais do Plano de Previdência Complementar - PPC, em relação ao Fundo Ofício PREVIC nº 4.484/2012 CGAT/DITEC/PREVIC.

3) A **FIPECq** mantém o Fundo Previdencial do Plano de Previdência Complementar - PPC, cujo saldo em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 197 milhões, conforme descrito na Nota explicativa

nº 11 a). Recursos deste Fundo foram utilizados para constituição do Fundo Ofício PREVIC nº 4.484/2012 CGAT/DITEC/PREVIC em 2014 (parágrafo 2 acima) e do Fundo Ofício nº 899/2015 CFDF/CGFD/DIFIS/PREVIC em 2015 (parágrafo 1 acima), além de absorver provisão contingencial em 2015 no montante de R\$ 15,2 milhões (nota explicativa nº 7 a). Em função do Plano PPC ter obtido índice de solvência inferior ao limite estabelecido para iniciar um processo de equacionamento do déficit ajustado em 31 de dezembro de 2015 que é de R\$ 109 milhões, a Administração da **FIPECq** optou por não utilizar os recursos deste fundo para este fim no encerramento do exercício de 2015.

4) A **FIPECq** administrou até 2003 um Plano de benefício assistencial, cujas atividades foram encerradas em abril daquele mesmo ano. Naquela ocasião, foi levantado um déficit no referido Programa assistencial, de R\$ 4,1 milhões, que foi equacionado pela **FIPECq** com recursos do Fundo Administrativo. Tal procedimento não é permitido pelas normas regulamentares das EFPC. A **FIPECq** solicitou autorização à Secretaria de Previdência Complementar (atualmente PREVIC) em 16 de junho de 2003 para que o referido déficit fosse equacionado da forma até então adotada. Tal posicionamento, todavia, encontra-se pendente de manifestação por aquele Órgão fiscalizador.

Por outro lado, a PREVIC, através do Ofício nº 1.453 de 29 de abril de 2011, requereu à **FIPECq** prestar esclarecimentos se os recursos do Plano Assistencial foram devolvidos ao Fundo administrativo e se, caso contrário, qual seria o valor atualizado para devolução ao citado Fundo Administrativo. A Entidade, por sua vez, acredita que ocorreu prescrição, e requereu à PREVIC o arquivamento do processo de questionamento. Além disso, a **FIPECq** requereu ainda à Receita Federal o ressarcimento dos valores dos tributos recolhidos que, a seu ver, indevidamente originado. Pelos controles da **FIPECq**, em 31 de dezembro de 2015 este déficit totaliza R\$ 3,4 milhões, tendo em vista que, do valor original do déficit (R\$ 4,1 milhões), parte está sendo recuperado através de recebimentos de contribuições

em atraso ou através de processos judiciais e, conseqüentemente, naquela data, o Fundo administrativo está demonstrado a menor por este montante, sem considerar a correção do período.

Adicionalmente, a PREVIC informou à **FIPECq** (i) sobre os aportes por esta feitos ao Fundo administrativo com recursos do Programa Previdencial, cujo valor atualizado até dezembro de 2010 totalizava R\$ 32,1 milhões, e (ii) solicitou que fossem tomadas providências no sentido de efetuar a reversão/devolução dos recursos transferidos indevidamente. A **FIPECq** prestou esclarecimentos à PREVIC em 24/06/2011 informando que o Fundo recebeu tal aporte em decorrência do evento extraordinário da edição da Lei nº 8.112/90 que, ao transformar em Regime Jurídico Único – RJU, o regime celetista dos então empregados do setor público, ocasionou perda substantiva do ingresso de recursos para a **FIPECq**, sem que houvesse, de outro lado, condições de reduzir em igual proporção os gastos administrativos, e que não há o que ser regularizado.

No momento, é incerto o desfecho destes assuntos e os reflexos sobre as Demonstrações contábeis consolidadas e individuais do Plano PPC e PGA da **FIPECq**.

Outro assunto

Anteriormente, auditamos o Balanço patrimonial consolidado da **FIPECq** - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da Finep, do Ipea, do CNPq, do INPE e do INPA em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas Demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do Plano de gestão administrativa, e as Demonstrações individuais por Plano de benefício que compreendem a Demonstração do ativo líquido, da Mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, cujo relatório, datado de 11 de março de 2015, foi emitido sem ressalva e contendo parágrafo de Ênfases sobre o mesmo teor dos assuntos descritos nos parágrafos 1) a 4) do tópico “Ênfases” acima.

Nexia Teixeira Auditores

Parecer do Conselho Fiscal

A manifestação do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas de 2015 está transcrita a seguir:

Os Membros do Conselho Fiscal da Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA - **FIPECq**, no cumprimento de suas atribuições legais e regulamentares, procedido o exame das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Exercício de 2015, contendo: Balanço Patrimonial (Consolidado), comparado com exercício anterior; Demonstração da Mutações do Patrimônio Social (Consolidada); Demonstração de Mutações do Ativo Líquido do Plano de Previdência Complementar - PPC; Demonstração de Mutações do Ativo Líquido do Plano FIPECqPREV; Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Previdência Complementar - PPC; Demonstração do Ativo Líquido do Plano FIPECqPREV; Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada); Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Previdência Complementar - PPC; Demonstração das Provisões Técnicas do Plano FIPECqPREV, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis; Parecer Atuarial dos Planos Previdenciários - Plano de Previdência Complementar - PPC e Plano FIPECqPREV e Parecer dos Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, pela aprovação das Demonstrações Contábeis Consolidadas da **FIPECq**, levantadas em 31 de dezembro de 2015, acompanhando o parecer da Auditoria Independente e destacadas as considerações registradas na ata da reunião n° 131 do colegiado.

Original assinado pelos conselheiros Rosilene Matos Domingues,
Alexandre de Castro Almeida, Michel do Carmo Zandberg
e Raimundo Otaide Picanço Filho.

Brasília/DF, 12 de abril de 2016.

Resolução de Aprovação do Conselho Deliberativo

A manifestação do Conselho Deliberativo sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas de 2015 está transcrita a seguir:

O Conselho Deliberativo da **FIPECq** - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da **FINEP**, do IPEA, do CNPq e do INPA, no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, aprovou em sua 264ª reunião realizada dia 18 de abril de 2016, as Demonstrações Contábeis Consolidadas e o Relatório Anual de Informações do exercício de 2015.

Os documentos a seguir fazem parte das Demonstrações Contábeis exercício 2015:

- a. Balanço Patrimonial;
- b. Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (Consolidada);
- c. Demonstração de Mutação do Ativo Líquido do Plano de Previdência Complementar - PPC;
- d. Demonstração de Mutação do Ativo Líquido do Plano FIPECqPREV;
- e. Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Previdência Complementar - PPC;
- f. Demonstração do Ativo Líquido do Plano FIPECqPREV;
- g. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada);
- h. Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Previdência Complementar - PPC;
- i. Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano FIPECqPREV;
- j. Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis;
- k. Parecer Atuarial dos Planos Previdenciários:
 - Plano de Previdência Complementar – PPC
 - Plano FIPECqPREV
- l. Parecer dos Auditores Independentes.

Original assinado pelo Presidente do Conselho Deliberativo, Antonio Semeraro Rito Cardoso, após aprovação de todos os membros do conselho: Alvaro Albuquerque Junior, Bruno Mattos de Figueiredo, Eduardo Lopes de Oliveira e Silva, Katia Lanuzia Nogueira de Araújo e Vanessa Zoghaib Tanure.

Brasília, 18 de abril de 2016.

Demonstrativo de Investimentos

Mês: Dezembro/2015

R\$ (mil)

PLANOS	PLANO DE PREVID. COMPLEMENTAR - PPC CNPB N.º.1979001618	PLANO DE BENEFÍCIOS FIPECqPREV CNPB N.º.2006002929	PLANO DE GESTÃO ADMINIST. - PGA CNPB N.º.9970000000	CONSOLIDADO
TOTAL DE INVESTIMENTOS	1.016.594.517,20	22.920.085,12	36.537.086,71	1.076.051.689,03
DISPONÍVEL	30.407,99	6.990,13	9.314,35	46.712,47
TÍTULOS PÚBLICOS	672.730.499,43	13.666.491,01	25.262.117,41	711.659.107,85
Títulos Públicos Federais	672.730.499,43	13.666.491,01	25.262.117,41	711.659.107,85
NOTAS DO TESOIRO NACIONAL - NTN	672.730.499,43	13.666.491,01	25.262.117,41	711.659.107,85
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	126.180.884,74	-	-	126.180.884,74
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	106.910.826,53	-	-	106.910.826,53
DEPÓSITO A PRAZO C/ GARANTIA ESPEC.-DPGE/FGC	79.122.732,23	-	-	79.122.732,23
BANCO BICBANCO S/A	19.754.290,74	-	-	19.754.290,74
BANCO SEMEAR S/A	19.520.014,35	-	-	19.520.014,35
BANCO FIBRA S/A	16.943.178,63	-	-	16.943.178,63
BANCO BANIF S/A	11.443.048,52	-	-	11.443.048,52
BANCO BMB S/A	11.462.199,99	-	-	11.462.199,99
LETRAS FINANCEIRAS - LF	27.788.094,30	-	-	27.788.094,30
BANCO BRB S/A	15.075.218,82	-	-	15.075.218,82
ITAÚ UNIBANCO S/A	12.712.875,48	-	-	12.712.875,48
COMPANHIAS ABERTAS	19.270.058,21	-	-	19.270.058,21
DEBÊNTURE NÃO CONVERTÍVEL - DNC	12.178.740,73	-	-	12.178.740,73
CTBC TELECOM S/A	12.178.740,73	-	-	12.178.740,73
CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO - CCB	7.091.317,48	-	-	7.091.317,48
CASAN S/A	7.091.317,48	-	-	7.091.317,48
AÇÕES	65.131.440,70	1.456.411,12	3.480.032,68	70.067.884,50
MERCADO À VISTA	65.129.814,62	1.456.411,12	3.480.032,68	70.066.258,42
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	23.547.873,37	513.883,06	1.296.243,42	25.357.999,85
BRADESCO / PN	9.781.013,92	226.752,08	540.881,12	10.548.647,12
BRADESCO / PND	40.877,82	947,10	2.258,28	44.083,20
ITAÚUNIBANCO / PN	13.175.847,96	273.700,35	722.732,17	14.172.280,48
VALORES A RECEBER	550.133,67	12.483,53	30.371,85	592.989,05
COMPANHIAS ABERTAS	41.581.941,25	942.528,06	2.183.789,26	44.708.258,57
AMBEV / ON	11.276.737,50	178.053,75	415.458,75	11.870.250,00
BRF BRASIL FOODS/ ON	12.675.520,00	312.899,20	628.900,80	13.617.320,00
CCR S/A / ON	2.804.925,00	194.525,00	451.800,00	3.451.250,00

PLANOS	PLANO DE PREVID. COMPLEMENTAR - PPC CNPB Nº.1979001618	PLANO DE BENEFÍCIOS FIECqPREV CNPB Nº.2006002929	PLANO DE GESTÃO ADMINIST. - PGA CNPB Nº.9970000000	CONSOLIDADO
JOÃO FORTES / ON	2.117.641,00	39.751,30	98.477,70	2.255.870,00
LOJAS RENNER / ON	2.433.757,50	56.344,50	117.648,00	2.607.750,00
M.DIASBRANCO / ON	3.094.910,00	49.210,00	114.380,00	3.258.500,00
P. AÇUCAR - CBD / PN	1.131.015,34	21.223,02	52.534,30	1.204.772,66
PETROBRAS / PN	3.048.620,60	42.122,90	167.419,60	3.258.163,10
VALE / PNA	2.940.151,00	47.283,25	134.715,75	3.122.150,00
VALORES A RECEBER	58.663,31	1.115,14	2.454,36	62.232,81
EMPRÉSTIMOS DE AÇÕES	1.626,08	-	-	1.626,08
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	123.357.489,56	7.793.963,41	7.655.496,21	138.806.949,18
FUNDOS DE INVESTIMENTOS REFERENCIADO - FIR	12.327.522,37	1.513.253,94	1.364.689,74	15.205.466,05
BNP PARIBAS MATCH DI FI REF CP	12.327.522,37	1.513.253,94	1.364.689,74	15.205.466,05
FUNDOS DE INVESTIMENTOS RENDA FIXA - FRF	48.445.293,81	3.182.857,21	1.926.033,12	53.554.184,14
BRASIL PLURAL HIGH YELD FI RF CP	12.956.524,35	1.874.553,76	1.060.044,09	15.891.122,20
SUL AMERICA EXCELL FI RF CAPITAL PROTEGIDO	12.617.314,03	1.308.303,45	865.989,03	14.791.606,51
VINCI FI RF IMOBILIÁRIO CP	22.871.455,43	-	-	22.871.455,43
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES - FIA	8.660.176,63	60.293,75	149.364,08	8.869.834,46
FIA SUL AMÉRICA TARPON GOVERNANÇA I	3.216.123,90	60.293,75	149.364,08	3.425.781,73
GUEPARDO INSTITUCIONAL FIC FIA	5.444.052,73	0,000	-	5.444.052,73
FUNDOS DE INVESTIMENTOS MULTIMERCADO - FIM	30.015.238,61	3.037.558,51	4.215.409,27	37.268.206,39
ITAÚ INST. ACTIVE FIX IB MULTIMERCADO FI	12.979.427,71	1.272.982,79	1.316.723,20	15.569.133,70
PROFIX INST FIM CREDITO PRIVADO	118.448,88	2.220,61	5.501,03	126.170,52
SAFRA GALILEO FIM	11.105.058,57	1.762.355,11	2.893.185,04	15.760.598,72
BNP PARIBAS MOMENTUM GL. EQ. CP FIM	2.806.531,87	-	-	2.806.531,87
SUL AMERICA AÇÕES EUROPEIAS CP FIM	3.005.771,58	-	-	3.005.771,58
FUNDOS DE INVEST. EM DIREITO CREDITÓRIO - FIDC	380.940,69	-	-	380.940,69
FIDC MULTISSETORIAL BVA MASTER II	380.940,69	-	-	380.940,69
FUNDOS DE INVEST. EM PARTICIPAÇÕES - FIP	21.032.817,42	-	-	21.032.817,42
BOZANO EDUCACIONAL II FIP	85.103,48	-	-	85.103,48
FIP BIOTEC	11.221.153,48	-	-	11.221.153,48
TRISCORP ATIVOS FLORESTAIS FIP	9.726.560,46	-	-	9.726.560,46
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO - FII	2.495.500,03	-	-	2.495.500,03
FII MEMORIAL OFFICE	2.495.500,03	-	-	2.495.500,03
IMÓVEIS	9.016.389,86	-	-	9.016.389,86
ALUGUEIS E RENDA, LOCALIZAÇÃO: SCN - BLOCO B CENTRO EMPRESARIAL VARIG, SALA 404-BRASILIA/DF	9.016.389,86	-	-	9.016.389,86
EMPRÉSTIMOS	20.298.319,01	-	-	20.298.319,01
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	20.298.319,01	-	-	20.298.319,01
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	270.947,18	11.878,09	-	282.825,27
TRIBUTÁRIO E CÍVEL	270.947,18	11.878,09	-	282.825,27
OUTROS REALIZÁVEIS	-	-	133.901,91	133.901,91
DEVEDORES DIVERSOS	-	-	133.901,91	133.901,91
OUTRAS EXIGIBILIDADES	(140.675,19)	(3.770,55)	(3.775,85)	(148.221,59)
CREDORES DIVERSOS	(140.675,19)	(3.770,55)	(3.775,85)	(148.221,59)
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	(281.186,08)	(11.878,09)	-	(293.064,17)
QUESTIONAMENTOS JUDICIAIS - INVESTIMENTOS	(281.186,08)	(11.878,09)	-	(293.064,17)
GESTÃO DE INVESTIMENTOS	1.016.594.517,20	22.920.085,12	36.537.086,71	1.076.051.689,03
CARTEIRA PRÓPRIA	1.016.594.517,20	22.920.085,12	36.537.086,71	1.076.051.689,03

Custos e Taxas de Administração

Taxas de Administração de Gestão e de Performance dos Fundos de Investimento (2015)

A seguir, quadro com as taxas de administração, de gestão, de performance, de ingresso e saída dos fundos de investimentos das carteiras dos planos PPC, FIPECqPREV e PGA.

FUNDOS	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO		TAXA DE GESTÃO	TAXA DE PERFORMANCE	TAXAS DE INGRESSO/ SAÍDA
	% a.a. S/PL	MÍNIMO - MÁXIMO	(%) E LIMITES	(%) E LIMITES	(%) E LIMITES
Fundos de Investimentos Referenciados - FIR					
BNP Match DI	0,33%	-	-	-	-
Fundo de Renda Fixa - FRF					
Plural Capital High Yield RF	0,55%	-	-	-	-
Sul América Excellence FIRF (1)	0,50%	-	-	-	-
Vinci Fundo de Investimento RF Imobiliário	0,055%	R\$ 2.500,00 mínimo mensal	1% a.a. s/ ativos de crédito imobiliário e 10% sobre os demais ativos.	20% que exceder ao IPCA+6% ou Taxas médias diárias da NTN- B/ 2022 + 1,5%aa.	-
Fundo de Investimento de Ações - FIA					
FIA Sulamérica Governança I	2,00%	-	-	20% > 100% do Ibovespa	Saída: 10% a favor do Fundo nos resgates efetuados antes da carência-60 meses.
Guepardo Ações Institucional FIA	1,90%	1,90% ↔ 2,05%	20% > 100% do Ibovespa	-	Saída: 10% a favor do Fundo. Isenção no 30º dia da solicitação de resgate.
Fundo de Investimento Multimercado - FIM					
Profix Inst FIM Crédito Privado	0,50%	0,50% ↔ 1,00%	-	-	-
Itaú Institucional Active Fix IB - RF FI	0,30%	-	-	-	-
Fundo de Investimento Multimercado - Estruturado					
Safra Galileo FIM	2,00%	-	20% > CDI	-	-
BNP Momentun CP FIM (2)	0,70%	-	-	-	-
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios					
FIDC Multis. Bva Master II	0,20%	R\$15.000,00 mínimo mensal	0,195% PL > 50 MM	-	-
Fundo de Investimento em Participações - FIP					
Bozano Educacional II FIP (3)	0,10%	-	0,90% ↔ 1,80%	20% > IPCA + 8% aa	-
FIP Biotec	0,75%	R\$ 4.000,00 mínimo mensal	-	-	-
Patriarca Private Equity FIP	1,00%	-	-	20% > IPCA + 12% aa	-
Triscorp Ativos Florestais FIP	2,00%	-	-	-	-
Fundo de Investimento Imobiliário - FII					
FII Memorial Office	5%	Rendimento Bruto (aluguéis mensais)	-	-	-

Observações:

- (1) Sul America Excellence FI RF CP, aplicação em março/15
- (2) BNP Momentun CP FIM, aplicações em maio/15
- (3) Bozano Educacional II FIP, aplicação em fevereiro/15
- (4) BNP Paribas RF resgate realizado em fevereiro/15
- (5) Rio Bravo Fundamental FIA resgate em abril/15

- (6) Oceana Valor FIC FIA resgate em fevereiro/15
- (7) Saneago FIDC resgate em dezembro/15
- (8) FICSA FIDC resgate em agosto/15
- (9) BR Educacional FIP resgate em setembro/15
- (10) FIP TAG resgate em dezembro/15

Custos Incorridos com a Administração de Investimentos Exercício de 2015

CUSTOS E CORRETAGEM	PPC	FIPECQPREV	TOTAL
1 - Despesas	5.119.433	103.845	5.223.278
Pessoal e Encargos	3.604.786	73.146	3.677.932
Administração	1.691.065	34.314	1.725.379
Rateio da Administração Geral	1.913.721	38.832	1.952.553
Treinamentos/ Congressos	45.669	927	46.595
Administração	20.904	424	21.328
Rateio da Administração Geral	24.764	503	25.267
Viagens e Estadias	70.658	1.434	72.092
Administração	15.220	309	15.529
Rateio da Administração Geral	55.438	1.125	56.563
Serviços de Terceiros	366.430	7.400	373.831
Pessoas Jurídicas	361.174	7.294	368.468
Consultoria dos Investimentos	70.568	1.432	72.000
Auditorias	36.067	732	36.799
Outros	2.910	24	2.934
Rateio da Administração Geral	251.629	5.106	256.735
Pessoas Física	5.256	107	5.362
Despesas Gerais	734.693	14.908	749.601
Locação de Bens Imóveis	182.174	3.697	185.871
Locação de Software	199.311	4.044	203.355
Outras	72.635	1.474	74.109
Rateio da Adm . Geral	280.573	5.693	286.266
Tributos	246.509	5.002	251.511
Outras Despesas	3.914	79	3.994
Depreciação/ Amortização	46.773	949	47.723
2 - Custódia	96.451	23.221	119.671
3 - Corretagens Pagas	67.639	981	68.621
Total Dos Custos Incorridos (1 + 2 + 3)	5.283.523	128.047	188.292

As despesas não são registradas por Plano de Benefício. Os valores apresentados foram calculados com base no percentual de participação do plano no total da Taxa de Administração vertida ao PGA no exercício de 2015.

Mensagem do Conselho Fiscal - FIPECq

A análise dos resultados obtidos pela **FIPECq**, evidenciados em seus demonstrativos contábeis, demonstrativos atuariais, relatórios sobre a gestão dos investimentos e gestão previdencial, todos apresentados no Relatório Anual de Informações 2015, remete a preocupação com o desempenho da carteira de investimentos, com as variações de premissas atuariais e com o processo de governança da entidade.

Este cenário remete a necessidade da Fundação tratar das ações estratégicas com a celeridade que o Conselho Fiscal, sistematicamente, vem requerendo em suas manifestações e análises frequentes, antes mesmo dos impactos estarem refletidos nos demonstrativos da entidade.

O momento atual também exige da Fundação uma ampla reflexão sobre seus rumos e sobre o seu vínculo com os PARTICIPANTES, ASSISTIDOS e PATROCINADORAS, integrantes fundamentais dessa relação de fidedignidade, e razão da existência da entidade.

A interlocução frequente não é uma opção, mas sim uma obrigação, para que sejam mantidas e aprimoradas as ações com foco nos princípios da transparência, equidade e prestação de contas.

Todas as ações estratégicas para reverter a situação deficitária devem contar com avaliação consistente sobre seus possíveis impactos,

com definição de responsáveis e prazos, serem balizados em diretrizes estratégicas, amplamente debatidas em seu colegiado maior, o Conselho Deliberativo. Este órgão máximo da entidade tem a responsabilidade estatutária de definir a política geral de administração da **FIPECq** e de seus planos de benefícios através do estabelecimento de diretrizes e normas gerais de organização, operação e administração da **FIPECq**.

Acima de tudo, as ações estratégicas devem ter como objetivo central alcançar as expectativas previdenciárias de seus participantes e assistidos.

Quando bem estruturadas, essas ações também terão como consequência assegurar a perenidade e continuidade das atividades da própria entidade de previdência complementar. Perenidade esta que está diretamente associada ao sucesso dos planos de previdência por ela administrados e que são as fontes para seu custeio administrativo.

Uma das medidas para o aprimoramento da relação com os PARTICIPANTES, ASSISTIDOS e PATROCINADORAS será a tradução de seus projetos estratégicos em medidas, claras e objetivas, transparentes na definição de responsáveis pela implementação e no compromisso com prazos acordados, além do feedback rotineiro.

No curso de todas essas ações, a entidade e seus colegiados não podem se afastar da obrigação de manter o respeito e cordialidade no trato com as instâncias responsáveis, adotar em seus atos as boas práticas de governança, o zelo que o tema requer e respeitar os princípios que norteiam a relação de fidúcia. Todos os membros dos colegiados devem ter consciência de que suas atitudes impactam no desempenho dos planos e, no limite, no desempenho da **FIPECq**.

Em 2015, o Conselho Fiscal realizou nove reuniões e os principais temas tratados nessas reuniões foram:

Procedimento sistemático de monitoramento de recomendações, se refletindo na mitigação de risco de descontinuidade de ações estratégicas. Nessas ações o colegiado vem registrando a falta de celeridade com que ações estratégicas e essenciais vêm sendo tratadas;

Emissão de relatório de controles internos semestral. Emissão de manifestações e/ou pareceres sobre as demonstrações contábeis, execução orçamentária administrativa e

previdenciária, gestão dos investimentos, gestão do contencioso e sobre a avaliação da aderência das premissas consideradas nos cálculos atuariais;

Reuniões de trabalho com profissionais técnicos como atuário, auditores, diretoria e gerentes da Fundação;

Análise de deliberações dos colegiados da entidade e emissão de manifestações às instâncias cabíveis, quando necessário.

O Conselho Fiscal manterá sua atuação independente e pautada em sua função estatutária de atuar como órgão de controle interno da entidade, incentivará sempre a adoção de boas práticas de governança corporativa e ações de transparência que permitam o controle dos atos de gestão.

Recomendamos e incentivamos fortemente a leitura do Relatório de Atividades, produzido pela equipe da **FIPECq**, e a consulta permanente das informações acessíveis no site da Fundação, as quais permitirão o monitoramento do desempenho dos planos de previdência.

Glossário

C

Call - Opções de compra
CCB – Cédula de Crédito Bancário
CCI - Registro de Cédulas de Crédito Imobiliário
CDB - Certificado de Depósito Bancário
CDI - Certificado de Depósito Interbancário

D

DPGE - Depósitos a Prazo com Garantia Especial
Duration - é uma métrica que corresponde a média dos prazos dos fluxos futuros de pagamentos de benefícios de determinado plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos.

E

EFPC - Entidade Fechada de Previdência Complementar

F

FIA - Fundo de Investimento em Ações
FIPECq Vida - Caixa de Assistência Social da FIPECq
FED - Federal Reserve System, o Banco Central dos EUA.
FIDC - Fundo de Investimento em Direito Creditório
FIP - Fundo de Investimento em Participações

I

INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, medido pelo IBGE.
IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo

N

NTN - Notas de Tesouro Nacional

P

PBS - Plano de Benefícios Saldados
PGA – Plano de Gestão Administrativa
PIB – Produto Interno Bruto
PPC – Plano de Previdência Complementar
PPE – Plano de Previdência Especial, extinto em janeiro de 2011.
PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Put - Opções de venda

S

SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia.



FIAPEC_q

Fundação de Previdência Complementar
dos Empregados ou Servidores da FINEP,
do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA